



câmara municipal MIRANDA DO CORVO

ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE MIRANDA DO CORVO, REALIZADA DIA 1 DE AGOSTO DE 2014

Ao primeiro dia do mês de agosto do ano de dois mil e catorze, na vila de Miranda do Corvo, pelas 9.30 h, no edifício dos Paços do Município de Miranda do Corvo, reuniu a Câmara Municipal de Miranda do Corvo. -----

Estavam presentes, o Presidente António Miguel Costa Baptista e os Vereadores, Sérgio Luís Rodrigues Sêco, Miguel António Bastos Brandão, Célia Maria da Conceição Mateus, Rui António Fernandes Dias Reis Godinho, José Miguel Ramos Ferreira e Rita Teresa Amado Ferreira. -----

Faltou a Sr.^a Vice-presidente, Ana Maria Santos Marreco e Rosa de Gouveia, que solicitou a respetiva substituição, nos termos do art.º 78.º e seguintes da Lei 169/99 de 18 de Setembro, com a nova redação dada pela Lei 5-A/2002 de 11 de Janeiro. -----

Presente o Saldo do **Resumo Diário do dia anterior** dois milhões, quatrocentos e cinquenta mil, novecentos e sessenta e cinco euros e quarenta e oito cêntimos; -----

Operações Orçamentais: dois milhões, cinquenta e nove mil, trezentos e cinquenta e um euros, e cinquenta e cinco cêntimos; -----

Operações de Tesouraria: trezentos e noventa e um mil, seiscentos e treze euros e noventa e três cêntimos. -----

A Câmara tomou conhecimento. -----

O Presidente da Câmara António Miguel Costa Baptista, deu início à sessão, começando por cumprimentar todos os presentes. -----

Posto isto e com a presença da Chefe de Divisão Administrativa e Financeira, Dr.^a Marilene Rodrigues, procedeu-se ao período antes da Ordem do Dia e seguidamente à apreciação dos assuntos constantes da agenda de trabalhos antecipadamente entregue a todos os membros, documento que aqui se dá como transcrito e fica arquivado no dossier anexo ao livro de atas. -----

Seguiu-se o PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA:-----

O Senhor Presidente referiu, em relação à Ponte do Cabouco, que existiu um acordo entre as partes envolvidas, tendo ficado definidas uma série de intervenções, principalmente na parte de Miranda do Corvo, as quais foram aceites pelas partes e executadas. -----





câmara municipal MIRANDA DO CORVO

Informou que tem estado em conversação permanente com a Estradas de Portugal, mostrando que da parte da Câmara, podem, abrir a ponte no imediato. -----

Referiu que, para que isso seja possível, é necessário que o auto de transferência da ponte seja assinado entre as partes envolvidas. -----

Salientou que ainda há alguns aspectos a acertar com o município de Coimbra, mas que do seu ponto de vista, não há nada a opor a que a ponte abra ao tráfego. -----

Referiu que está prevista a colocação de um semáforo de redução de velocidade na abordagem à ponte, mas devido a burocracias com a EDP, poderá não estar a funcionar atempadamente e que do lado da Estrada da Beira a situação é muito semelhante. -----

Referiu que transmitiu nessa mesma reunião que da parte do Município de Miranda do Corvo não há nada a opor e que caso seja necessário deslocar-se a Lisboa para assinar os documentos, está disponível para isso, pois o que quer é que a ponte abra o quanto antes ao tráfego. -----

Disse que está a aguardar informações adicionais para que este problema fique resolvido de uma vez por todas. -----

Depois, referiu que teve uma reunião na Comunidade Intermunicipal da Região de Coimbra, onde esteve presente o Senhor Secretário de Estado que tutela a pasta do Ordenamento do Território, o qual explanou as linhas gerais da proposta de lei que vai promover a revisão da lei de bases do Ordenamento do Território. A grande novidade é que os municípios, independentemente de já terem concluído a primeira revisão do PDM, como é o caso de Miranda do Corvo, assim que a nova lei entrar em vigor irão surgir algumas alterações. -----

Salientou que os municípios irão dispor de um prazo de três anos para procederem a uma revisão, pelo que assim que a lei entre em vigor, o município terá logo que avançar com o plano de revisão do PDM. -----

Disse que à semelhança do que se passou nos Planos Diretores Municipais, foi dito pelo Senhor Secretário de Estado, que consta da lei, que os municípios que não cumprirem com esta regra de concluir este processo de revisão do PDM num prazo de três anos, deixarão de ter acesso a fundos comunitários. -----

Depois, referiu que o Centro de Saúde de Miranda do Corvo, no mês de agosto, irá reduzir o horário de atendimento em duas horas diárias, ou seja, o chamado prolongamento de horário, sendo que a hora de encerramento irá antecipar-se duas horas, das 22.00 para as 20.00 horas. -----



câmara municipal MIRANDA DO CORVO

Disse que este problema, deve-se essencialmente à falta de recursos humanos, mas sobretudo por estarmos em período de férias e ser praticamente impossível ao Centro de Saúde assegurar este prolongamento de horário durante o mês de agosto. Referiu que já conversou com o Senhor Diretor, Dr. César Fernandes, ao qual transmitiu que a sua grande preocupação é que a medida anunciada como temporária, possa vir a tornar-se definitiva. ----

Salientou que mal tomou conhecimento desta situação, solicitou uma reunião com o Diretor do ACES, mas como este está de férias, não há quem nos queira receber, o que é de lamentar. -----

Relembrou que há um ficheiro com cerca de 1500 utentes mirandenses que estão sem médico de família fixo. -----

Propôs relativamente a este assunto, uma tomada de posição conjunta, informando a comunicação social e entidades competentes, que este órgão se opõe frontalmente à redução de horário de atendimento, solicitando intervenção imediata das autoridades competentes por forma a que se prestem cuidados de qualidade a todos os utentes que têm necessidade de recorrer a estes serviços, e que sejam dadas garantias de que se não for possível impedir esta medida que entra hoje em vigor, no dia 1 de setembro voltaremos a ter o prolongamento de horário das 20 às 22 horas. -----

O Vereador José Miguel Ferreira referiu que estão inteiramente disponíveis para fazer esta tomada de posição. -----

Disse que é preocupação dos Vereadores da Coligação PPD-PSD/CDS "Miranda Não Pode Parar", a questão do Centro de Saúde e recordou que numa Assembleia Municipal existiram Deputados Municipais do PSD e do CDS a alertar para esta situação e para o risco que daí advinha. -----

Disse que estão completamente solidários e que a Câmara deve ser extremamente exigente e assertiva. Deve exigir que o Centro de Saúde continue a prestar um tratamento de qualidade aos mirandenses. -----

Referiu que caso o Governo decida avançar com a redução de horário no Centro de Saúde, consideram que a Câmara Municipal tem condições financeiras para estudar uma solução que garanta a manutenção do horário, em parceria com outras entidades ou não. -----

O Senhor Presidente referiu que há cerca de dois meses, o Senhor Presidente do ACES esteve em Miranda do Corvo e já nessa altura apresentaram esta proposta, à qual se opôs frontalmente e disse que o ideal era prolongar até às 24 horas e que se o problema era financeiro que certamente o município poderia fazer um esforço para colaborar no sentido de





câmara municipal MIRANDA DO CORVO

prolongar o horário. Mencionou que perante esta posição eles recuaram e mantiveram o prolongamento de horário. -----

O Vereador José Miguel Ferreira referiu a situação de uma rampa à frente duma habitação no Corvo, para a qual já tinha alertado e para a qual o Senhor Presidente se comprometeu em resolver e que está exatamente na mesma. -----

Disse que na reunião de 6 de dezembro e outras, sugeriu ao Sr. Presidente a colocação de placas de sinalização para a Loja do Sr. Falcão e que o número de placas existente é o mesmo. -----

Referiu-se ao Bar da Casa das Artes, ao Museu e ao Centro Multimédia, os quais já foram debatidos diversas vezes e que também não há desenvolvimentos a apontar. -----

Ainda sobre a Casa das Artes e sobre o número de utilizadores, custos, etc, referiu que foi-lhes facultado um relatório em janeiro e que nunca mais o mesmo foi disponibilizado.

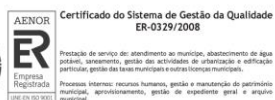
Disse que no dia 7 de março, alertou, relativamente à rega do Centro Educativo e cujos aspersores estavam a destruir a fachada deste edifício, deixando o mesmo ferrugento e continuando a situação exatamente na mesma. -----

No dia 21 de março, alertou para a necessidade de colocação de mais ossários no cemitério e que continua exatamente na mesma, aproveitando o facto de estar a referir o cemitério, alertou para o péssimo estado de conservação e de abandono do Cemitério de Miranda do Corvo. -----

Ainda no dia 21 de março, alertaram para as guardas de segurança da estrada que liga Gondramaz ao Galhardo. Disse que é uma estrada com bastante afluência, que atrai muitos turistas e que continua tudo na mesma. -----

Disse que no dia 4 de julho, perguntou o que se passava no Campo Municipal relativamente ao Cricket, bem como à destruição do campo sintético que lá existia e ainda à proibição dos atletas do Cricket em relação ao facto de outras pessoas lá querem praticar desporto. Sobre este assunto, questionou o Sr. Presidente se já tinha o ponto de situação, uma vez que na altura não tinha conhecimento. -----

Alertou para o estado do jardim da Casa das Artes, o qual demonstra um claro estado de abandono, bem como a quantidade de árvores secas que se encontram na Avenida da Moitas, as quais necessitam de ser substituídas. Alertou para o estado dos Campos da Quinta da Paiva, os quais também necessitam de alguma atenção especial. -----





câmara municipal MIRANDA DO CORVO

Referiu que quando os Vereadores da Coligação PPD-PSD/CDS "Miranda Não Pode Parar" apresentam sugestões ao Senhor Presidente, este não pode apenas dizer que aceita as mesmas com agrado, pois as mesmas devem ser resolvidas e solucionadas. -----

Referiu que foi com muito agrado que os Vereadores eleitos pela da Coligação PPD-PSD/CDS "Miranda Não Pode Parar", viram o anuário financeiro da OTOC. Salientou que afinal a Câmara que o Senhor Presidente tinha encontrado sem dinheiro, é só e apenas a 32.^a melhor câmara do país em termos do ranking relacionado com aspetos financeiros. -----

Disse que também ficaram muito contentes por serem a 17.^a Câmara do país com o menor endividamento líquido, pelo que perguntou ao Senhor Presidente como vê este relatório da OTOC. -----

Perguntou ao Senhor Presidente, uma vez que pagamos tanto a uma empresa de advogados, se já pensou em avançar com um processo contra, uma vez que isto vai contra aquilo que este executivo disse ao longo de nove meses.

Por fim, deixou um lamento pela questão da visita do Dr. António José Seguro no sábado passado a Miranda do Corvo. Disse que o problema não se deve ao facto do Senhor Presidente resolver receber o Dr. José António Seguro na Câmara Municipal, tal deve-se ao facto do sectarismo demonstrado quando a mesma Câmara Municipal do mesmo Presidente de Câmara, não recebeu membros do Governo que recentemente visitaram o concelho, apesar de ter sido convidado. -----

Referiu que consideram que o problema não é receber o Dr. António José Seguro, o problema é não receber os outros membros do governo e lamentou que tenha cancelado a visita às obras do Metro-Mondego. -----

Lamentou a dualidade de critérios que a Câmara tem adoptado e desejou que futuramente qualquer membro do Governo que visite o concelho, seja recebido pelo Presidente da Câmara. -----

A Vereadora Célia Mateus, solicitou o ponto de situação da estrada do Lagar, assunto que já tinha alertado anteriormente e ao qual o Senhor Presidente informou que entraria em obras assim que o tempo melhorasse. -----

Solicitou também indicações acerca do ponto de situação do Estradão do Senhor da Serra, e estrada que liga Segade e Braços. -----

Referiu que uma grande preocupação quer dos Deputados, quer dos Vereadores da Coligação PPD-PSD/CDS "Miranda Não Pode Parar", sempre foi o Mosteiro de Semide, pelo que solicitou também informações acerca do ponto de situação. -----



Certificado do Sistema de Gestão da Qualidade
ER-0329/2008
Prestação de serviços de atendimento ao município, abastecimento de água potável, saneamento, gestão das actividades de urbanização e edificação particular, gestão das áreas municipais e outras actividades municipais.
Processos internos: recursos humanos, gestão e manutenção do património municipal, aprovisionamento, gestão do expediente geral e arquivo municipal.





câmara municipal MIRANDA DO CORVO

Referiu que a iluminação no centro de Vila Nova tem algumas deficiências e solicitou que a situação fosse reposta.-----

Informou que a grade na Cova da Ponte se encontra danificada, pelo que solicitou a sua reparação. -----

O Vereador Sérgio Sêco, mostrou o regozijo pela aprovação do PDM, bem como a sua publicação em Diário da República. -----

Questionou o Senhor Presidente sobre o problema da Estrada Vale do Açor/Ceira e de já houve algum contacto com a Câmara de Coimbra. Relativamente ao cruzamento que fica entre Vale do Açor e Miranda do Corvo, embora pertença ao concelho de Coimbra, o mesmo serve mais pessoas de Miranda do Corvo, pelo que solicitou que o Senhor Presidente enviasse os serviços técnicos para averiguar o ponto de situação de um grande buraco que ali se encontra e solicitou que procedessem à reparação pelos serviços da Câmara Municipal. -----

Alertou para um conjunto de gavião que existe na Volta da Costa o qual já se encontra tombado à mais de um ano por uma intempérie e que se passar por mais um inverno rigoroso, poderá mesmo a vir a cair para o rio provocando depois uma barragem e provocando mais estragos. -----

Solicitou que o Senhor Presidente verificasse o estado da passagem de madeira neste local, substituindo as madeiras partidas e colocando um tratamento mais duradouro. -----

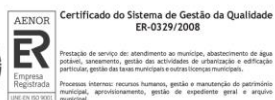
Solicitou também que o Senhor Presidente tivesse especial atenção às estátuas que estão no concelho, relativamente à sua limpeza e nomeadamente a do oleiro na Zona Industrial, a da mulher da liberdade e da chanfana. -----

Referiu a falta de limpeza na estrada da Pisca e a necessidade de uma intervenção urgente. -----

Referiu-se ao estacionamento de duração limitada. Informou que já em Março levantou esta questão, uma vez que os comerciantes solicitaram um estacionamento de duração limitada para as pessoas que vão fazer compras, ou tomar café entre o café Avenida e o minimercado China. -----

Também há uns meses atrás, informou que existem umas placas de sinalética no estaleiro, as quais estavam para ser colocadas entre a Quinta da Paiva e o Centro Educativo e que até ao momento ainda não foram colocadas. -----

Recordou que o Senhor Presidente, em relação às casas de banho e à churrasqueira, disse que o processo seria para avançar, pelo que também solicitou indicações relativamente ao ponto de situação. -----





câmara municipal MIRANDA DO CORVO

Referiu o estado de destruição da ponte da Cova da Ponte e que a população alertou que entre a pré primária e essa ponte é impossível circular nos passeios, obrigando a circular na estrada. -----

Relativamente à construção do Hotel, solicitou informações sobre o ponto de situação, nomeadamente sobre a redução de taxas. -----

O Senhor Presidente referiu que voltou a tomar nota das questões levantadas pelo Vereador José Miguel, sobre os casos que estão em resolução ou em vias de resolução e que sobre a questão financeira não se pronunciou uma vez que ainda não viu o documento. -----

No que toca à visita do secretário-geral do PS a Miranda do Corvo, repudiou as acusações feitas em relação ao sectarismo, porquanto esta Câmara Municipal está, sempre esteve e estará aberta a receber todas as pessoas e entidades. No que toca aos membros do Governo, referiu que está sempre disponível para os receber, desde que exista um contacto institucional direto entre os gabinetes dos respetivos secretários de estado e a Câmara Municipal e como manda o protocolo tal não aconteceu. -----

Referiu que sempre que um membro do governo contacta a Câmara Municipal, avisando de que irá visitar o concelho, é informado que teremos todo o gosto em fazer as honras da casa no edifício da Câmara Municipal. -----

Referiu que se fosse visitar uma instituição de outro concelho, independentemente do partido, avisaria o Presidente da Câmara, de que iria visitar o concelho. -----

Sobre o cancelamento da visita às obras do Metro-Mondego, informou que a Câmara Municipal foi contactada por dirigentes do partido no sentido do roteiro que o secretário Geral do PS vai fazer no dia de amanhã, ao que lhe foi comunicado que a autarquia teria todo o gosto em o receber no edifício da Câmara Municipal, ao que responderam afirmativamente.

Informou que irá acompanhar o secretário Geral do Partido Socialista na sua às visita a dias IPSS, à Fundação ADFP e à Santa Casa da Misericórdia de Semide Referiu que gostava que ele visitasse mais, mas que apenas escolheu estas duas. No entanto, embora a visita esteja relacionada com a área social, referiu que o Metro-Mondego é um tema incontornável e que provavelmente será um tema a debater. -----

Sobre as questões colocadas pela Senhora Vereadora Célia Mateus, informou que o Estradão do Senhor da Serra foi limpo este ano, mas que a sua pavimentação, devido ao grande investimento, estará sempre dependente da disponibilidade da autarquia. -----

Referiu que registou o assunto relacionado com a estrada de Segade, mas que já tinha sido alertado por habitantes de Segade. -----



Certificado do Sistema de Gestão da Qualidade
ER-0329/2008

Pretação de serviços de atendimento ao município, abastecimento de água potável, saneamento, gestão das atividades de urbanização e edificação particular, gestão das áreas municipais e infra-estruturas municipais.
Processos internos: recursos humanos, gestão e manutenção do património municipal, aprovisionamento, gestão do expediente geral e arquivo municipal.





câmara municipal MIRANDA DO CORVO

Sobre o Mosteiro, referiu que a Senhora Diretora Regional da Cultura não disponibilizou mais informações e que certamente será necessário tomar uma posição de força, uma vez que sempre cumprimos com aquilo que foi exigido, nomeadamente com a comparticipação da Câmara Municipal na execução da obra. Referiu que a obra tem comparticipação de financiamento comunitário e deverá estar concluída no próximo ano e tarda em começar. Informou que foi anunciado que as obras iriam começar em 2013 e apesar disso, até hoje, nada foi feito. -----

Solicitou aos senhores Vereadores para usarem da sua influência política para que o senhor secretário de Estado da Cultura dê “luz verde” para as obras iniciarem de imediato. ---

Sobre a situação de Vila Nova, referiu que o Senhor Presidente de Junta já o tinha alertado sobre esta situação e já foi solicitado à EDP para que resolva esta questão. -----

Sobre a grade da ponte da Cova da Ponte, referiu que também já estava sinalizada. --

Agradeceu os alertas mencionados pelo Vereador Sérgio Sêco. -----

Sobre a estrada Vale do Açor/Ceira, referiu que já mostrou a sua preocupação junto da Câmara Municipal de Coimbra, e tem indicações que estão a tentar que a construtora da auto estrada faça ali alguma intervenção, uma vez que eles degradaram bastante o pavimento durante as obras. -----

Sobre o cruzamento, referiu que já tinha identificado esse problema, sabe que não é território da Câmara Municipal de Miranda do Corvo, e que a sugestão do Vereador Sérgio Sêco, será uma boa solução de recurso até que eles possam reparar o pavimento. -----

Sobre a situação do muro da Volta da Costa, referiu que já tinha recebido um alerta do Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Miranda do Corvo. Assim que possível irá resolver, sob pena de mais tarde ficar mais dispendiosa a sua resolução. -----

Registou a sugestão do passal de madeira e concordou que as mesmas devem ser tratadas com alguma periodicidade para não se danificarem. -----

Informou que irá pedir para avaliar a situação das estátuas e que irão dar prioridade àquelas que se encontrem em pior estado. -----

Sobre o estado da estrada da Pisca, referiu que não é apenas esta e que existem várias na mesma situação. Referiu que dada a falta de pessoal e dada a impossibilidade de contratar mais pessoal bem como perante a impossibilidade de em tempo útil proceder às limpezas das estradas e caminhos municipais, optaram em avançar com alguns procedimentos de limpezas. -----



Certificado do Sistema de Gestão da Qualidade
ER-0329/2008

Pretação de serviços de atendimento ao município, abastecimento de água potável, saneamento, gestão das actividades de urbanização e edificação particular, gestão das áreas municipais e infra-estruturas municipais.
Processos internos: recursos humanos, gestão e manutenção do património municipal, aprovisionamento, gestão do expediente geral e arquivo municipal.





câmara municipal MIRANDA DO CORVO

Sobre o estacionamento limitado, e no seguimento de uma tomada de posição da última Assembleia Municipal, informou que irão tentar articular com uma entidade externa, talvez com a Universidade de Coimbra, para fazer um estudo mais abrangente que seja justo, legal e que não trate uma situação em particular mas que resolva este problema de uma forma abrangente. -----

Sobre a casa de banho e churrasqueira na Quinta da Paiva, informou que assim que exista disponibilidade financeira é intenção avançar com este processo. -----

Relativamente ao pedido de redução de taxas do Hotel, informou que não tem presente o estado do projeto, mas que tem conhecimento que o processo tem um parecer dos advogados e que se o mesmo for favorável, certamente o mesmo será aprovado na sessão de câmara. -----

O Vereador Rui Godinho, referiu, relativamente às placas de sinalização, que o problema prende-se com o facto das mesmas não estarem gravadas. Informou que já solicitou ao Eng.º Nuno para analisar os locais onde elas devem ser colocadas e que se encontra a aguardar essa informação. -----

O Vereador José Miguel Ferreira, referiu que já uma vez solicitou ao Senhor Presidente onde se encontra o protocolo que refere que os membros do Governo têm que avisar o Presidente da Câmara, quando vêm ao concelho. Informou que esse protocolo não existe, pelo que solicitou ao Senhor Presidente que o apresente. -----

Referiu que compreende aquilo que o Senhor Presidente diz e que não coloca em causa que o mais certo seria que os membros do Governo contactassem a Câmara sempre que visitam o concelho, no entanto sabe que o Senhor Presidente foi contactado e que o interesse é do Senhor Presidente pelo que deve estar presente assim como esteve o Presidente da Assembleia Municipal, Dr. João Mourato. -----

Referiu que é muito curiosa a mudança de atitude e de discurso entre o Sr. Vereador Miguel Baptista e o Senhor Presidente Miguel Baptista, relativamente à prestação de serviços externos para limpeza por parte de outras entidades. -----

Seguiu-se a apreciação dos assuntos constantes na agenda, documento que aqui se dá como transcrito e fica arquivado no dossier anexo ao livro de atas. -----

CORRESPONDÊNCIA -----

Do Técnico Superior, Rafael Pereira, a informar sobre a continuidade ou não da aprendizagem de xadrez nas escolas;-----



Certificado do Sistema de Gestão da Qualidade
ER-0329/2008
Prestação de serviços de atendimento ao município, abastecimento de água potável, saneamento, gestão das actividades de urbanização e edificação particular, gestão das áreas municipais e infra-estruturas municipais.
Processos internos: recursos humanos, gestão e manutenção do património municipal, aprovisionamento, gestão do expediente geral e arquivo municipal.





câmara municipal MIRANDA DO CORVO

O Senhor Presidente propôs, atendendo ao sucesso que este programa alcançou entre os alunos, dar continuidade ao projeto de aprendizagem de Xadrez nas Escolas. -----

A Câmara deliberou, por unanimidade, dar continuidade ao projeto de aprendizagem de xadrez nas escolas, devendo o Técnico Superior, Carlos Rafael Pereira, ficar responsável pelo processo. -----

Do Técnico Superior, Eng. Carlos Santos, a informar sobre a instalação de um telefone público de exterior no Edifício Multisserviços em Semide; -----

A Câmara deliberou, por unanimidade, deferir o pedido, nos termos da informação técnica, devendo os serviços comunicar o mesmo à PT. -----

Do Técnico Superior, Rafael Pereira, a informar sobre as condições de acesso gratuito à piscina municipal de Semide pelas crianças do Lar de Jovens de Semide; -----

A Câmara deliberou, por unanimidade, deferir o pedido, nos termos da informação técnica, devendo os serviços dar conhecimento aos trabalhadores da piscina e ao Lar de Jovens de Semide. -----

Da ERSAR-Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos, a solicitar imagens da sede do concelho para utilização em elementos gráficos a disponibilizar pela ERSAR;-----

A Câmara deliberou, por unanimidade ceder as imagens alusivas ao concelho e que se adequem ao pretendido pela ERSAR, nomeando o Técnico Fausto Morais para providenciar a sua seleção com a supervisão do Vereador Rui Godinho.-----

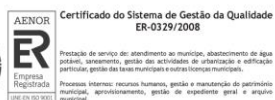
Da Santa Casa da Misericórdia de Semide, a remeter pedido de apoio à realização da 2ª Caminhada Solidária da SCMS. Tem junto informação da Técnica Superior, Cláudia Serra; -----

A Câmara deliberou, por unanimidade, deferir o pedido nos termos da informação técnica, ficando a Técnica Cláudia Serra responsável pelo acompanhamento da atividade.-----

Da Associação Talhados Pelo Vento, a solicitar pedido de colaboração no âmbito dos Caminhos de Santiago, nomeadamente na divulgação do caminho, na doação de chapéus e galhardetes da Câmara. -----

O Sr. Presidente propôs oferecer os galhardetes, dentro da disponibilidade, e que se faça uma pesquisa tendo em vista a aquisição dos panamás, caso não existam em stock. -----

Relativamente aos custos de deslocação, os mesmos só poderão ser decididos posteriormente à informação da comissão de análise. -----





câmara municipal MIRANDA DO CORVO

A Câmara deliberou, por unanimidade, colaborar com a oferta dos galhardetes e panamás. -----

Mais deliberou que o apoio financeiro será presente numa próxima reunião, nos termos da proposta do Sr. Presidente. -----

Da Fundação ADFP, a solicitar a cedência da Sala de Espetáculos da Casa das Artes no dia 25 de outubro, para o Grupo de Teatro da Universidade Sénior. Tem junto informação das Técnicas Superiores, Margarida Mota e Ana Figueiredo; -----

Nos termos do previsto no n.º1 do art. 45.º do CPA, o Vereador José Miguel comunicou o seu impedimento no presente processo, por ter ligações familiares com os elementos da direção. -----

Nos termos do previsto no n.º 3 do art. 45.º o Sr. Presidente da Câmara Municipal conheceu a existência do impedimento e declarou-o. -----

Os restantes membros deliberaram, por unanimidade, deferir o pedido de acordo com a informação técnica, nomeadamente ceder a sala nas condições indicadas pelas técnicas. ----

Deliberaram ainda ceder o equipamento de luz e som, bem como os recursos humanos, no decorrer do espetáculo. -----

OBRAS PARTICULARES-----

Processo de obras n.º 131/2009, de Paulo Jorge Ferreira de Carvalho, residente em Pisão de Gaiate- Semide, Miranda do Corvo, a solicitar o licenciamento de obras de ampliação de moradia, (regularização - projeto de arquitetura), sita em Pisão de Gaiate - Rio de Vide. Tem junto informação dos Serviços Técnicos, propondo o deferimento do pedido. -----

A Câmara deliberou por unanimidade aprovar o projeto de arquitetura, referente à ampliação de moradia (regularização), de acordo com a informação técnica devendo o requerente ser notificado para proceder à junção ao processo, dos projetos de especialidades, no prazo de seis meses, de acordo com a informação técnica. -----

Processo de obras n.º 118/2014, de Hermínio Pedro Rodrigues, residente em Sandoeira - Vila Nova, Miranda do Corvo, a solicitar o licenciamento de alteração e ampliação de edificação e alteração para arrumos - Regularização (projeto de arquitetura e especialidades), sita em Sandoeira - Vila Nova. Tem junto informação dos Serviços Técnicos, propondo o deferimento do pedido. -----

A Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar o projeto de arquitetura e atendendo a que os projetos de especialidades estão instruídos em conformidade, a Câmara deliberou



Certificado do Sistema de Gestão da Qualidade
ER-0329/2008
Prestação de serviços de atendimento ao município, abastecimento de água potável, saneamento, gestão das atividades de urbanização e edificação particular, gestão das áreas municipais e manutenção municipal.
Processos internos: recursos humanos, gestão e manutenção do património municipal, aprovisionamento, gestão do expediente geral e arquivo municipal.





câmara municipal MIRANDA DO CORVO

por unanimidade aprovar o licenciamento de alteração e ampliação de edificação e alteração para arrumos, devendo o requerente, solicitar a emissão do alvará de obras de edificação, no prazo de um ano, mediante a entrega dos documentos constantes na informação técnica. -----

Pedido de redução de taxas: requerimento n.º 422/2014, de Maria José Cabral de Almeida Soares, residente em Miranda do Corvo, a solicitar a redução de taxas relativas à emissão do Alvará de Obras de Edificação n.º 38/2014, referente ao processo n.º 218/2013. Tem junto informação técnica, propondo uma redução de 50% das taxas previstas, nos termos do n.º 3 do artigo 5.º do Regulamento Municipal de Taxas e demais encargos nas operações urbanísticas do Município de Miranda do Corvo. -----

Nos termos do previsto no artigo 48º do CPA a Vereadora Rita Amado pediu dispensa de intervir no procedimento por uma questão de salvaguarda, pelo facto de o técnico da obra do requerente ser seu conjugue. -----

Nos termos do previsto no art.º 50.º que por sua vez remete para o n.º 3 e 4 do art.º 45.º do CPA o Sr. Presidente da Câmara Municipal conheceu dos motivos da dispensa de intervir no procedimento e declarou-o. -----

Os restantes membros deliberaram, por unanimidade, deferir o pedido, concedendo uma redução do valor das taxas de 50% nos termos do n.º 3 do art.º 5.º do Regulamento Municipal de Taxas e demais Encargos Urbanísticos do Município de Miranda do Corvo, de acordo com a informação técnica. -----

Pedido de licença para conclusão de obras inacabadas: requerimento n.º 443/2014, de Gonçalo Filipe Dias de Paiva, a requerer licença especial para conclusão de obras inacabadas, relativas ao processo n.º 214/2010, pelo prazo de 6 meses. Tem junto informação técnica do seguinte teor: -----

“O requerente solicita, ao abrigo do artigo 88.º do Regime Jurídico da Urbanização e Edificação, na sua atual redação, a emissão de uma licença especial de acabamentos relativamente ao presente processo de obras em referido em epígrafe, uma vez que a obra se encontra em fase de acabamentos. -----

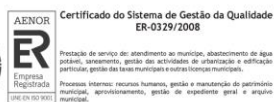
Do processo constam: -----

Requerimento; -----

Certidão emitida pela Conservatória do Registo Predial de Miranda do Corvo relativa ao prédio em causa; -----

Termo de responsabilidade; -----

Memória descritiva e justificativa; -----





câmara municipal MIRANDA DO CORVO

Estimativa orçamental dos trabalhos a realizar; -----

Calendarização dos trabalhos a realizar; -----

Fotografias que atestam o estado de execução da obra; -----

Nos termos do artigo 88.º do Regime Jurídico da Urbanização e Edificação, na sua atual redação, quando as obras já tenham atingido um estado avançado de execução mas a licença ou a admissão de comunicação prévia haja caducado, pode ser requerida a concessão de licença especial para a sua conclusão ou ser apresentada comunicação prévia para o mesmo efeito. -----

Podem ser concedidas as licenças ou admitidas as comunicações previstas no n.º 1 ou apresentadas comunicações prévias quando a câmara municipal reconheça o interesse na conclusão da obra e não se mostre aconselhável a demolição da mesma, por razões ambientais, urbanísticas, técnicas ou económicas. -----

De acordo com a descrição das obras referenciadas nos elementos entregues, trata-se de obras de acabamentos a efetuar no prazo limitado de 6 meses. -----

Tendo em conta o avançado estado da obra, salvo melhor opinião, é de todo importante o reconhecimento pela câmara municipal na conclusão da obra de forma a não prejudicar a envolvente urbana da zona em que se insere. -----

Face ao exposto, propõe-se a emissão de uma licença especial para conclusão dos trabalhos, pelo período de 6 meses, não sujeita a prorrogações. -----

No ato do levantamento da licença o requerente deverá apresentar: -----

Apólice de seguro que cubra a responsabilidade pela reparação dos danos emergentes de acidentes de trabalho, nos termos previstos na Lei n.º 100/97, de 13 de Setembro, acompanhado de declaração da seguradora atestando a validade do seguro; -----

Declaração de titularidade de Alvará de construção emitido pelo INCI, com habilitações adequadas à natureza e valor da obra, a verificar no ato de entrega do alvará com a exibição do original do mesmo; -----

Termo de responsabilidade assinado pelo técnico responsável pela direção técnica da obra; -----

Prova de inscrição válida do técnico em associação profissional; -----

De acordo com o definido no n.º 4 do artigo 22.º da Lei n.º 31/2009, de 3 de Julho, conjuntamente com a declaração de titularidade de alvará e a exibição do original do mesmo, devem ser apresentados, relativamente ao diretor de obra: -----



AENOR
Certificado do Sistema de Gestão da Qualidade
ER-0329/2008
Prestação de serviços de atendimento ao município, abastecimento de água potável, saneamento, gestão das atividades de urbanização e edificação, gestão dos bens municipais e manutenção dos equipamentos.
Processos internos: recursos humanos, gestão e manutenção do património municipal, aprovisionamento, gestão do expediente geral e arquivo municipal.





câmara municipal MIRANDA DO CORVO

Comprovativo da integração no quadro de pessoal da empresa responsável pela execução da obra através da declaração de remunerações conforme entregue na segurança social, referente ao último mês ou através de comprovativo emitido pelo INCI da integração no quadro técnico da empresa responsável pela obra; -----

Plano de segurança e saúde. -----

Termo de responsabilidade, subscrito pelo autor do plano de segurança -----

Nota: O livro de obra encontra-se anexado ao processo. -----

À Consideração Superior -----

Miranda do Corvo, 21-07-2014 -----

Maria de Lurdes Fonseca Figueiredo, Eng.ª(a).” -----

A Câmara deliberou por unanimidade aprovar a emissão da licença especial para conclusão dos trabalhos, de acordo com a informação técnica. -----

Processo de obras nº 120/2014, de Magda Teresa Costa Paiva, residente em Lamas, Miranda do Corvo, a solicitar o licenciamento da construção de anexo (projeto de arquitetura), relativo a obra sita em Lamas. Tem informação dos Serviços Técnicos, propondo o deferimento do pedido. -----

A Câmara deliberou por unanimidade aprovar o projeto de arquitetura, referente à construção de anexo, de acordo com a informação técnica devendo a requerente ser notificada para proceder à junção ao processo, dos projetos de especialidades, no prazo de seis meses, de acordo com a informação técnica. -----

Requerimento n.º 454/2014, de Rosa Maria Simões Nunes Santos, residente em Senhor da Serra, Miranda do Corvo, a solicitar a prorrogação de prazo para apresentação de elementos, relativos ao processo de obras n.º 51/2014. Tem informação dos Serviços Técnicos do seguinte teor: -----

“PRETENSÃO: -----

O requerente solicita, através do requerimento n.º 454 de 18 de Julho de 2014, a prorrogação de prazo de 30 dias, para obtenção dos elementos solicitados. -----

ANÁLISE: -----

O presente pedido de prorrogação de prazo para apresentação de elementos não tem qualquer enquadramento legal, ficando o mesmo à consideração superior. -----

PROPOSTA: -----

Face ao exposto deixamos à consideração superior a prorrogação de 30 dias para apresentação dos elementos em falta. -----



AENOR
Certificado do Sistema de Gestão da Qualidade
ER-0329/2008
Prestação de serviços de atendimento ao município, abastecimento de água potável, saneamento, gestão das atividades de urbanização e edificação particular, gestão das áreas municipais e outras atividades municipais.
Processos internos: recursos humanos, gestão e manutenção do património municipal, aprovisionamento, gestão do expediente geral e arquivo municipal.





câmara municipal MIRANDA DO CORVO

À Consideração Superior -----

Miranda do Corvo, 21-07-2014 -----

Maria de Lurdes Fonseca Figueiredo, Eng.ª(a).” -----

A Câmara deliberou por unanimidade conceder um prazo de 30 dias, para entrega dos elementos, de acordo com informação técnica. -----

Processo de obras nº 36/2014, de Herculano Marques Tomás, residente em Fundo da Ribeira - Semide, em Miranda do Corvo, a solicitar o licenciamento de obras de edificação - alteração de um imóvel existente (Projeto de Arquitetura), sita em Casal do Meio - Semide. Tem informação dos Serviços Técnicos, propondo o deferimento do pedido. -----

Nos termos do previsto no n.º1 do art.º 45.º do CPA, o Vereador Miguel Brandão comunicou o seu impedimento no presente processo, por ter ligações familiares ao requerente. -----

Nos termos do previsto no n.º 3 do art.º 45.º o Sr. Presidente da Câmara Municipal conheceu a existência do impedimento e declarou-o. -----

Nos termos do previsto no artigo 48º do CPA a Vereadora Rita Amado pediu dispensa de intervir no procedimento por uma questão de salvaguarda, pelo facto de o técnico da obra do requerente ser seu conjugue. -----

Nos termos do previsto no art.º 50.º que por sua vez remete para o n.º 3 e 4 do art.º 45.º do CPA o Sr. Presidente da Câmara Municipal conheceu dos motivos da dispensa de intervir no procedimento e declarou-o. -----

Os restantes membros deliberaram, por unanimidade, aprovar o projeto de arquitetura, referente à construção de anexo, de acordo com a informação técnica devendo o requerente ser notificado para proceder à junção ao processo, dos projetos de especialidades, no prazo de seis meses, de acordo com a informação técnica. -----

Processo de obras nº 74/2014, de Adelino Simões Bento, residente em Casal do Meio - Semide, em Miranda do Corvo, a solicitar o licenciamento de obras de edificação - construção de um anexo destinado a arrumos (Projeto de Arquitetura - legalização), sito em Casal do Meio - Semide. Tem informação dos Serviços Técnicos, propondo o deferimento do pedido. -----

A Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar o projeto de arquitetura, referente à construção de anexo destinado a arrumos, de acordo com a informação técnica devendo o



AENOR
Certificado do Sistema de Gestão da Qualidade
ER-0329/2008
Prestação de serviços de atendimento ao município, abastecimento de água potável, saneamento, gestão das actividades de urbanização e edificação particular, gestão das áreas municipais e infra-estruturas municipais.
Processos internos: recursos humanos, gestão e manutenção do património municipal, aprovisionamento, gestão do expediente geral e arquivo municipal.





câmara municipal MIRANDA DO CORVO

requerente ser notificado para proceder à junção ao processo, dos projetos de especialidades, no prazo de seis meses, de acordo com a informação técnica. -----

Requerimento n.º 11082/2014, de Vitória Paula Lopes Sousa Cancela, viúva de Augusto Carlos Cancela, residente em Rua das Lapas, Moinhos - Miranda do Corvo, a requerer a prorrogação do prazo para entrega de elementos, para reposição de legalidade urbanística. Tem junto informação dos Serviços Técnicos do seguinte teor:-----

“PRETENSÃO: -----

O requerente solicita, através do requerimento n.º 11082/2014 de 18 de Julho de 2014, a prorrogação de 90 dias, em virtude do falecimento do seu marido ser necessário tratar de documentação legal para poder dar continuidade ao processo. -----

Em anexo apresenta cópia da certidão de óbito e cópia das Finanças identificando a requerente como cabeça de casal. -----

ANÁLISE: -----

O presente pedido de prorrogação de prazo para apresentação de elementos não tem qualquer enquadramento legal, ficando o mesmo à consideração superior. -----

Mais se informa que: -----

- Em 20/01/2014, o requerente foi notificado através do ofício n.º 327, para num prazo de 30 dias úteis, apresentar os elementos necessários para reposição da Legalidade Urbanística;-----

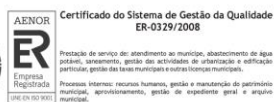
- Em 24/03/2014, o requerente foi notificado através do ofício n.º 1772, que em reunião de Câmara de 21/03/2014, foi deliberado; por unanimidade conceder um prazo de 30 dias para entrega dos elementos solicitados. -----

- Em 09/05/2014, o falecido marido da requerente solicitou, através do requerimento n.º 7110/2014, a prorrogação de 90 dias, uma vez que certos documentos necessários para este processo (reposição da legalidade Urbanística) nomeadamente da parte do Banco onde tem a hipoteca, não terem sido facultados no prazo concedido. -----

- Em 24/06/2014, o falecido marido da requerente foi notificado através do ofício n.º 3504, que em reunião de Câmara de 06/06/2014, foi deliberado; por unanimidade conceder um excecional de 15 dias para proceder à reposição da Legalidade Urbanística. -----

Conclui-se assim que o requerente até à data não repôs a legalidade urbanística da obra executada sem licença. -----

PROPOSTA: -----





câmara municipal MIRANDA DO CORVO

Face ao exposto deve a autarquia decidir/deliberar se concede uma nova prorrogação do prazo, para o requerente iniciar o procedimento de licenciamento da obra em causa ou se ordena a demolição da mesma, de acordo com o previsto legalmente no artigo 106.º do Regime Jurídico da Urbanização e Edificação, na sua atual redação. -----

Mais se informa que relativamente a esta obra foi realizado Auto de Notícia n.º 117/2013 e instaurado o processo de contraordenação n.º 06/2014. -----

À Consideração Superior; -----

Miranda do Corvo, 24-07-2014 -----

Lurdes Figueiredo, Eng (a).” -----

A Câmara deliberou por unanimidade notificar o requerente para num último prazo de 15 dias, a contar da data da notificação, repor a legalidade urbanística, sob pena da autarquia proceder à reposição de legalidade urbanística, de acordo com o previsto no artigo 106.º do RJUE. -----

Mais deliberou notificar o requerente que foi elaborado o Auto de Notícia n.º 117/2013 e instaurado o processo de contraordenação n.º 6/2014, devendo ser dado conhecimento à instrutora do processo, de forma a ser dada continuidade do mesmo. -----

REQUERIMENTOS DIVERSOS -----

Requerimento n.º 10453, de Susana Maria Cardoso Alexandre, a solicitar a pavimentação de uma zona em frente da sua habitação, por ter cedido terreno ao domínio público. Tem junto informação do técnico superior, Carlos Santos. -----

A Câmara deliberou, por unanimidade, deferir o pedido nos termos da informação técnica, devendo os Serviços do Núcleo de Infraestruturas e Ambiente proceder à realização dos trabalhos por administração direta, logo que exista disponibilidade para o efeito. -----

Programa de incentivo à natalidade: requerimento n.º 11119/2014, de Célia Catarina Fonseca dos Santos, residente em Rua João Paulo II, n.º 40, em Miranda do Corvo, a apresentar candidatura para o programa de incentivo à natalidade por ter sido mãe, em 26.02.2014. Tem junto informação da Técnica Superior de Serviço Social, Luísa Camilo, propondo a atribuição do subsídio, no valor de 250,00€ e informação da Área Financeira, informando da existência de fundos disponíveis. -----

A Câmara deliberou por unanimidade deferir o pedido atribuindo um subsídio, no valor de 250,00 euros, pelo nascimento do seu filho Lucas André Santos Duarte e proceder à respetiva abertura de Conta Crescente Jovem, de acordo com a informação da técnica de Serviço Social e informação da Área Financeira Património e Aprovisionamento. -----



AENOR Certificado do Sistema de Gestão da Qualidade
ER-0329/2008
Prestação de serviços de atendimento ao município, abastecimento de água potável, saneamento, gestão das atividades de urbanização e edificação, gestão dos bens municipais e manutenção dos equipamentos.
Processos internos: recursos humanos, gestão e manutenção do património municipal, aprovisionamento, gestão do expediente geral e arquivo municipal.





câmara municipal MIRANDA DO CORVO

PROPOSTAS E OUTRAS DELIBERAÇÕES -----

Das Técnicas Superiores, Fátima Ferreira e Isabel Ferreira, a informar sobre a solicitação da ADFP, no sentido de ser da responsabilidade da Câmara Municipal a reparação do Açude da Quinta da Paiva, mais solicitam a elaboração do projeto e a instrução do processo de infraestruturas hidráulicas. -----

Nos termos do previsto no n.º 1 do art.º 45.º do CPA, o Vereador José Miguel comunicou o seu impedimento no presente processo, por ter ligações familiares com os elementos da direção. -----

Nos termos do previsto no n.º 3 do art.º 45.º o Sr. Presidente da Câmara Municipal conheceu a existência do impedimento e declarou-o. -----

O Vereador Sérgio Sêco usou da palavra tendo recordado outras situações que têm ocorrido no concelho. -----

Relembrou que qualquer açude existente nas linhas de água, é um património de longa data e é algo que as autarquias locais devem tentar preservar ao máximo. -----

Recordou que há muitos anos atrás se resolveu a questão do Açude do Panão, o qual também confinava com particulares, bem como intervenções executadas na Sr.ª da Piedade de Tábuas, em terrenos que não eram da Câmara Municipal. -----

Recordou que a Praia Fluvial de Segade também confina com terrenos de particulares e a Câmara também resolveu e inclusivamente conseguiu candidaturas. -----

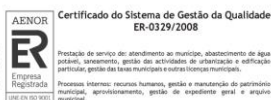
Recordou outras intervenções em linhas de água e rios que confinam com particulares. -----

Salientou que embora a lei defina que os responsáveis perante estas situações são os particulares, deve imperar o bom senso e o interesse público. -----

Referiu que não obstante todos os outros açudes e linhas de água serem de extrema importância, o da Quinta da Paiva está inserido numa zona de lazer, numa zona em que o açude proporciona o transporte da água por uma linha de água até ao Moinho. Referiu ainda que ali existem vários interesses públicos que a própria Câmara deve acautelar. -----

Referiu que independentemente dos particulares assumirem a responsabilidade, nada impede que a Câmara, assim como já o fez no passado, assuma a responsabilidade perante uma situação que tem todo o interesse público para os mirandenses. -----

Por fim, propôs que o assunto fosse reanalisado e que a Câmara faça a intervenção, nomeadamente que execute a obra e tome todas as providências para que este assunto seja resolvido antes do inverno. -----





câmara municipal MIRANDA DO CORVO

O Senhor Presidente propôs que se solicite urgentemente um parecer jurídico ao gabinete de advogados. -----

Os restantes membros deliberaram, por unanimidade, solicitar um parecer jurídico à sociedade de advogadas CAPA. -----

Requerimento nº 9593, de Carlos Alberto Martins Góis, a solicitar indemnização pelos prejuízos causados na sua viatura por um objeto projetado pela roçadeira que era usada por um funcionário da autarquia. Tem junto informação da Chefe de Divisão Administrativa e Financeira, Marilene Rodrigues que a seguir se transcreve: -----

“DOS FACTOS -----

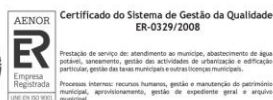
Através do requerimento n.º 9593 de 20/06/2014, veio Carlos Alberto Martins Góis, descrever um acidente ocorrido com a sua viatura, no dia 19 de junho de 2014, por volta das 15h30, referindo que: "Ao passar na rotunda junto aos Bombeiros com a minha viatura, dia 19 de junho de 2014, pelas 15h30, encontravam-se funcionários da Autarquia a proceder à limpeza do passeio, quando um objeto foi projetado contra o vidro de trás do carro partindo-o." Juntou uma fotografia. -----

Apresentou orçamento no valor de 52.58 euros correspondente aos danos provocados na viatura. -----

DE DIREITO -----

Ora, a Responsabilidade Extracontratual do Estado pode ser conceituada como o dever que o poder público tem de reparar prejuízos causados a terceiros em decorrência do comportamento de seus agentes. Pode decorrer de atos jurídicos, lícitos, comportamentos materiais ou omissão do poder público, bastando que haja um dano causado a terceiro por comportamento de ação ou omissão de agente do Estado. Sendo que os pressupostos da responsabilidade civil extracontratual da Administração por atos de gestão pública correspondem aos da responsabilidade civil de índole privatística, consagrada no art.º. 483.º do Código Civil. Assim, constituem requisitos da obrigação de indemnizar a cargo das autarquias locais: -----

- 1) - a prática por esta, através de um seu órgão ou agente, de uma ato ilícito (positivo ou omissivo) no exercício de funções públicas ou por causa delas (ilicitude) - -----
- 2) - que esse ato lhe seja imputável, a título de dolo ou mera culpa (culpa) -----
- 3) - que dele tenham resultado prejuízos (dano) -----
- 4) - verificação de um nexo de causalidade entre esse ato e os prejuízos (nexo causal)
- 5) - nexo de causalidade entre a conduta do Estado e o dano sofrido pelo particular. --





câmara municipal MIRANDA DO CORVO

Foi junto ao processo, a informação registada com o n.º 2839, em 19 de junho do ano corrente, do funcionário desta Autarquia, Paulo Alexandre Simões Francisco, onde refere: "Para os devidos efeitos venho informar V. Exa que hoje, enquanto a equipa em que me encontrava inserido realizava trabalhos de limpeza urbana na Rua das Fontainhas, em Miranda do Corvo, a roçadoura mecânica que me estava atribuída, provocou a projeção de uma pedra que inadvertidamente embateu num vidro da viatura com a matrícula 69-71-DO, marca Renault, que circulava nessa via. -----

O proprietário é o Senhor Carlos Alberto Martins Góis." -----

Foram anexadas duas fotos, cópia do livrete da viatura e da Inspeção Técnica Periódica. -----

De acordo com o supra exposto, nomeadamente requerimento do reclamante, Carlos Alberto Martins Góis e da informação do funcionário da autarquia, Paulo Alexandre Simões Francisco, temos elementos conclusivos sobre a responsabilidade do acidente, nomeadamente do preenchimento do requisito do nexo de causalidade entre a projeção da pedra no decorrer do uso da roçadoura e os danos na viatura que são apresentados no Orçamento que o requerente veio juntar ao processo. -----

Pelo que, -----

- Atendendo à descrição feita pelo reclamante; -----
- Atendendo ao conteúdo da informação do funcionário da autarquia; -----
- Atendendo ao orçamento junto pelo reclamante no valor de 52.58 Euros -----

Face ao exposto, atendendo aos referidos elementos probatórios, salvo melhor opinião, deverá ser considerado o pagamento das despesas identificadas no orçamento junto pelo reclamante. -----

A consideração superior, -----

Miranda do Corvo, 16 de julho de 2014 -----

A Chefe de Divisão Administrativa e Financeira, Marilene Rodrigues (a). -----

A Câmara deliberou, por unanimidade, deferir o pedido de acordo com informação da Chefe de Divisão Administrativa e Financeira, procedendo ao pagamento do prejuízo causado.

Rally Miranda do Corvo 2014: presente proposta n.º 13/VP/2014 da Vice-Presidente, que a seguir se transcreve: -----

"O Rali é um desporto motorizado que, desde há muito, mantém de aficionados na Região Norte e Centro do país. -----



AENOR
Certificado do Sistema de Gestão da Qualidade
ER-0329/2008
Prestação de serviços de atendimento ao município, abastecimento de água potável, saneamento, gestão das atividades de urbanização e edificação particular, gestão das áreas municipais e infra-estruturas municipais.
Processos internos: recursos humanos, gestão e manutenção do património municipal, aprovisionamento, gestão do expediente geral e arquivo municipal.





câmara municipal MIRANDA DO CORVO

Em Abril, nos dias 26 e 27, estava previsto a realização de uma prova regional da modalidade no nosso concelho. No entanto, uma vez que as condições; meteorológicas se encontravam adversas, a organização, por motivos de segurança, decidiu adiar a mesma.-----

Aida assim, a entidade organizadora efectivou alguma despesa, valores que se voltarão a repetir a quando da realização da prova nos próximos dias 13 e 14 de Setembro. ---

Face ao exposto, pelos motivos supra descritos entende-se que este será um evento de relevante interesse público para o nosso concelho, potenciando a dinamização do mesmo.

Assim, ao abrigo do artigo 11º do Regulamento de Atribuição de Subsídios às Associações Desportivas, Culturais e Recreativas do Concelho de Miranda do Corvo, proponho aumentar o apoio ao Penela Race Events Club em €750,00, resultando num total de €2750,00, sendo que €1000,00 serão para entregar de imediato. -----

Paços do Município de Miranda do Corvo, 25 de Julho de 2014, -----

A Vice-Presidente da Câmara Municipal, -----

Ana Maria dos Santos Marreco e Rosa de Gouveia (a).”-----

A Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar a proposta. -----

Atribuição de subsídio à Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Miranda do Corvo: presente Proposta n.º 27/P/2014 do Senhor Presidente de Câmara, Miguel Baptista, que a seguir se transcreve: -----

“No passado dia 13 de Maio deflagrou um violento incêndio florestal em território da União das Freguesias de Semide e Rio de Vide. Devido à intensidade e tamanho do incêndio foram mobilizados mais de 300 homens o que levou a um aumento exponencial das despesas da Associação referida. -----

Com o objectivo de auxiliar a Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Miranda do Corvo a suprimir as despesas extraordinárias supracitadas, proponho a atribuição de um subsídio no valor de €2.301,29, correspondente ao total de custos originados com a alimentação dos operacionais. -----

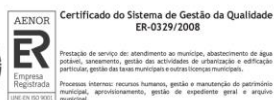
Paços do Município de Miranda do Corvo, 23 de Junho de 2014-----

O Presidente da Câmara Municipal, António Miguel da Costa Baptista (a).”-----

Nos termos do previsto no n.º1 do art.º 45.º do CPA, o Vereador Dr. Sérgio Seco comunicou o seu impedimento no presente processo, por ser o Presidente da Associação. -----

Nos termos do previsto no n.º 3 do art.º 45.º o Sr. Presidente da Câmara Municipal conheceu a existência do impedimento e declarou-o. -----

Os restantes membros, deliberaram, por unanimidade, aprovar a presente proposta.--





câmara municipal MIRANDA DO CORVO

Normas de utilização de bicicletas de uso partilhado - “Rodinhas”: presente proposta da Técnica de Turismo, Alda Gonçalves que a seguir se transcreve: -----

“O projeto “As Rodinhas”, aluguer gratuito de bicicletas, existe desde julho de 2010.--

Este serviço é prestado no Posto de Turismo Municipal e no Centro de Informação da Quinta da Paiva, mediante o preenchimento de uma ficha de aluguer pelos serviços com os dados do requerente e que é assinado pelo mesmo. -----

Encontram-se ao dispor dos utilizadores, 4 bicicletas de adulto e 1 de criança em cada um dos locais mencionados. -----

No entanto as normas de utilização ainda não estão regulamentadas e aprovadas. -----

Estas normas poderão ser uma mais valia para a Câmara, uma vez que salvaguardam uma boa utilização das bicicletas, diminuindo os custos de manutenção. -----

Assim, anexo uma proposta das normas de utilização de bicicletas de uso partilhado “Rodinhas”. -----

À consideração superior. -----

Miranda do Corvo, 15 de julho de 2014 -----

Alda Gonçalves, Técnica de Turismo (a).” -----

A Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar a proposta. -----

Rede de saneamento em Moinhos, Bubau, Pinheiro e Lapinhas: presente proposta dos Vereadores da Coligação PPD-PSD/CDS “Miranda Não Pode Parar”, que a seguir se transcreve: -----

“O setor das águas em Portugal, é um sector estratégico e determinante para o futuro do País, bem como para qualidade de vida dos cidadãos. -----

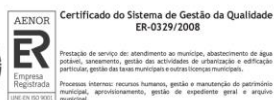
Na última década, este setor atravessou uma fase de grandes mudanças. Em Miranda do Corvo, nos últimos mandatos, executaram-se mais de 60 Km de rede de rede de saneamento, construção de ETAR’S e praticamente outros tantos Km de renovações de redes águas, novas redes e construção de depósitos de águas. -----

Em 2011, com a entrada da Troika, o Governo teve de congelar a continuação das obras e dos investimentos de águas e saneamento. -----

À cerca de 3 meses, chegou a notícia que as empresas Águas de Portugal e Águas do Mondego, iriam iniciar as obras das ETAR’S de Moinhos e de Pisão. -----

Bem fez a Câmara anterior de dar a continuidade de dezenas de Km de redes de saneamento, mesmo sem as ETAR’S a funcionar. -----

Face ao exposto, propomos que a Câmara Municipal mande: -----





câmara municipal MIRANDA DO CORVO

- Executar de imediato a rede de saneamento na Rua da Estação, na Rua N. Sr.^a da Conceição e ruas perpendiculares a esta, até a ETAR. -----

- Executar no imediato o projeto e lançamento de concurso de saneamento das localidades de Lapinhas, Bubau e Pinheiro. -----

Miranda do Corvo, 11 de julho de 2014 -----

Os Vereadores da Coligação PPD-PSD/CDS-PP "Miranda Não Pode Parar" -----

Sérgio Seco (a), Célia Mateus (a), José Miguel Ramos Ferreira (a).” -----

O Vereador, Dr. Sérgio Seco usou da palavra tendo referido que a ETAR dos Moinhos se encontra em andamento. Informou que uma vez que várias instituições, no seguimento da saída da Troika, avançaram com processos de águas e saneamento, dando assim continuidade a um trabalho que é necessário, a Câmara deverá avançar com os procedimentos para concluir não só o saneamento nos Moinhos, mas que também avance com os projetos para Bubau, Pinheiro e Lapinhas.” -----

O Senhor Presidente questionou o Vereador se não gostaria de fazer uma proposta mais abrangente que incluía o saneamento no concelho todo. -----

Referiu que esta necessidade está identificada e que parte dela está nas Grandes Opções do Plano, e que tem dúvidas sobre a votação da proposta neste contexto. -----

Questionou o Vereador Sérgio Sêco se este documento não será mais uma recomendação ao executivo, referindo novamente que o processo está nas GOP, pelo que tem dúvidas da deliberação nesse sentido. -----

Referiu que aceita todas as sugestões e recomendações dos Vereadores, mas que a necessidade está devidamente identificada. -----

Referiu ainda que tem de haver condições para se poder ligar o saneamento e que estas necessidades são também necessidades no sector norte do concelho, onde falta ainda muito saneamento para executar, sendo essa uma das prioridades. -----

Informou que os projetos que encontraram, carecem de algumas modificações, nomeadamente em relação aos Moinhos. Disse que no projeto não estava prevista a ligação às Lapinhas, Bubau e Pinheiro nem sequer tem o projeto desenvolvido e que mesmo nos Moinhos, onde estão previstas uma série de elevatórias, irão tentar reduzir ao máximo. -----

Informou que as elevatórias de águas residuais, além de haver a possibilidade de apresentarem avarias que depois colocam em causa o funcionamento do saneamento temporário, têm custos de operação e têm custos significativos de investimento. -----



AENOR
Certificado do Sistema de Gestão da Qualidade
ER-0329/2008
Prestação de serviços de atendimento ao município, abastecimento de água potável, saneamento, gestão das atividades de urbanização e edificação particular, gestão das áreas municipais e infraestruturas municipais.
Processos internos: recursos humanos, gestão e manutenção do património municipal, aprovisionamento, gestão do expediente geral e arquivo municipal.





câmara municipal MIRANDA DO CORVO

Referiu que estão a analisar estes processos e que se fosse possível preferia fazer um projeto conjunto para toda esta zona. -----

O Vereador Sérgio Sêco referiu que a proposta foi apresentada dentro dos prazos legais e encontra-se agendada, que sabe que o projeto está enquadrado nas GOP e que o objetivo desta proposta é tentar que estes projetos não sejam esquecidos e que se avance com as obras uma vez que a ETAR está em construção. -----

Referiu que as questões técnicas dizem respeito aos técnicos com a gestão do executivo. Apoiar a ideia de se gastar menos dinheiro tentando rentabilizar. -----

Referiu novamente que a proposta foi apresentada com o objetivo de ser votada.” ----

A Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar a proposta. -----

O Vereador José Miguel Ferreira, usou da palavra tendo apresentado a seguinte declaração de voto: -----

“Gostaria apenas de declarar, que mais uma vez notei a sua ironia relativamente ao facto de dizer para nós propormos fazer o saneamento em todo o concelho. -----

Lembro que o Senhor Presidente referiu que não faria nenhuma obra nem nenhum investimento no concelho, sem fazer o saneamento no concelho todo. -----

Pode contar que virá uma proposta para fazer o saneamento em todo o concelho e assim dar-lhe a hipótese de cumprir aquilo que prometeu.” -----

Atribuição de Voto de Louvor à equipa de seniores e juniores da secção de futsal da Casa do Povo de Miranda do Corvo: presente proposta dos Vereadores da Coligação PPD-PSD/CDS “Miranda Não Pode Parar”, que a seguir se transcreve: -----

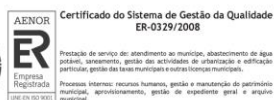
“A secção de futsal da Casa do Povo de Miranda do Corvo tem alcançado resultados dignos de registo e que muito honram o Concelho. -----

Durante a época 2013/2014 a equipa sénior da Casa do Povo sagrou-se campeã distrital de futsal, é a segunda vez que conquista este título no seu palmarés. -----

Também na época 2013/2014 a equipa júnior da Casa do Povo conseguiu excelentes resultados ao nível distrital, permitindo o seu apuramento para a fase nacional e consequente disputa do campeonato nacional, conseguindo mesmo passar à 2.ª fase deste campeonato. ----

A Casa do Povo tornou-se numa grande escola de futsal no distrito de Coimbra, como comprovam os resultados dignos de registos, ao nível distrital, das suas equipas de formação.

Na próxima época desportiva as equipas de juniores e de seniores terão a possibilidade de disputar o campeonato nacional, deixarão de competir ao nível distrital, passando assim para um patamar nacional. -----





câmara municipal MIRANDA DO CORVO

Face ao exposto, em reconhecimento pela capacidade de trabalho manifestada por todas as pessoas que constituem o grupo, propomos: -----

- a atribuição de um voto de louvor aos atletas, treinadores, seccionistas e direção. --
- a atribuição de um subsídio pontual por prémio de mérito no valor de 2000,00 euros de acordo com o n.º 3 do artigo 13 de acordo com o regulamento de apoio de subsídios às associações desportivas e culturais desta Câmara Municipal. -----

Miranda do Corvo, 06 de julho de 2014 -----

Os Vereadores da Coligação PPD-PSD/CDS-PP "Miranda Não Pode Parar" -----

Sérgio Seco (a), Célia Mateus (a), José Miguel Ramos Ferreira (a).” -----

O Senhor Presidente referiu que a Câmara já tinha atribuído um voto de louvor à equipa de seniores da secção de futsal da Casa do Povo. -----

Relativamente aos seniores, referiu que já receberam um Voto de Louvor no dia 1 de Junho, pelo que não se justifica estar a atribuir um Voto de Louvor pela segunda vez. -----

O Senhor Presidente propôs que a proposta fosse reformulada no sentido de ser atribuído aos juniores uma vez que aos seniores já foi atribuído. -----

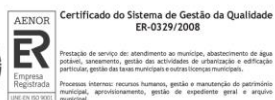
Relativamente ao subsídio o Sr. Presidente questionou a Dr.ª Marilene sobre a legalidade deste ato, uma vez que viola a lei dos compromissos porque não tem informação dos fundos disponíveis. -----

Dado que a Dr.ª Marilene informou o Senhor Presidente que não poderiam votar a atribuição do subsídio sem o processo ter informação dos fundos disponíveis, o Senhor Presidente propôs que a proposta fosse reformulada. -----

O Senhor Presidente referiu que quando os senhores Vereadores pertenciam ao executivo, nunca propuseram a atribuição de subsídios extraordinários para a Casa do Povo. Informou que no ano passado também foram campeões seniores e não se recorda de terem atribuído um subsídio. -----

Por fim propôs novamente que a proposta fosse reformulada no sentido de manterem ou não pela segunda vez a atribuição do Voto de Louvor e que relativamente ao subsídio podem recomendar ao executivo a atribuição de mesmo. -----

O Vereador Sérgio Sêco referiu que se o executivo quisesse apoiar a proposta tinha a obrigação de mandar juntar a informação de fundos disponíveis, caso contrário, ou votam contra, ou se abstêm ou votam a favor. Mais referiu que nunca é demais atribuímos votos de louvor a equipas, instituições e direções que trabalham e se dedicam pela nossa terra. -----





câmara municipal MIRANDA DO CORVO

O Vereador José Miguel Ferreira sugeriu que o Senhor Presidente fosse consultar a história, nomeadamente a história em que foi Vereador da oposição, para perceber que mais do que uma vez foi atribuído um subsídio de mérito à Casa do Povo pelos resultados obtidos. -

Disse que se nota claramente que o Senhor Presidente não teve a mínima intenção de premiar a Casa do Povo, uma vez que a proposta foi entregue atempadamente e que quem tinha que juntar a ficha dos fundos disponíveis era o Senhor Presidente e o executivo.-----

Referiu que o Senhor Presidente leu a proposta e entendeu que se tratava de uma atribuição de fundos disponíveis pelo que não quis juntar a ficha de fundos disponíveis tendo encontrado uma forma de não atribuir um subsídio à Casa do Povo. -----

Por fim disse que lamenta profundamente o facto do Senhor Presidente não querer premiar os ótimos resultados obtidos por esta coletividade, uma vez que a Câmara Municipal não o quis fazer por ordem do Partido Socialista. -----

O Senhor Presidente referiu que o Senhor Vereador está errado e que irá constatar isso mesmo muito em breve. -----

O Senhor Presidente retirou a proposta uma vez que a mesma não se encontra instruída devidamente nomeadamente com a ficha dos fundos disponíveis. -----

O Vereador Sérgio Sêco referiu que o Senhor Presidente está equivocado e que lamenta profundamente que o Senhor Presidente não tenha tratado atempadamente dos processos para que existisse um apoio financeiro para a coletividade. -----

Informou que entregaram a proposta na secretaria, cumprindo o período legal e de acordo com o regulamento.-----

Lamentou o facto de este assunto ter gerado esta discussão, levando à não atribuição de um subsídio a uma coletividade que nos merece o maior respeito, ficando mesmo surpreendido por a Sr.^a Vice-presidente ser a principal responsável por esta casa e não estar a ser apoiada.-----

Empreitada de Requalificação da Aldeia do Gondramaz - Imóveis Particulares (José Rodrigues Dias): presente informação propondo a aprovação do Auto de Vistoria, Receção Definitiva e Restituição de Caução. -----

A Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar o teor da informação técnica. -----

Transportes Escolares - Existência de fundos disponíveis: presente informação da Área Financeira Património e Aprovisionamento.-----

A Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar o teor da informação, devendo a Área Financeira proceder de uma forma célere aos pagamentos. -----



Certificado do Sistema de Gestão da Qualidade
ER-0329/2008
Prestação de serviços de atendimento ao município, abastecimento de água potável, saneamento, gestão das actividades de urbanização e edificação particular, gestão das áreas municipais e outras actividades municipais.
Processos internos: recursos humanos, gestão e manutenção do património municipal, aprovisionamento, gestão do expediente geral e arquivo municipal.





câmara municipal MIRANDA DO CORVO

Utilização de viaturas municipais - Casa do Povo de Miranda do Corvo - Pedido de Pagamento em prestações: presente informação técnica da Assistente Técnica, Cláudia Silva e da Chefe de Divisão Administrativa e Financeira, Marilene Rodrigues, que a seguir se transcreve: -----

“Em 14 de novembro de 2013, através do registo de entrada 17196, veio a Casa do Povo de Miranda do Corvo solicitar o pagamento da dívida em prestações. O valor em dívida em 23 de maio de 2014 é de 12.800,74 euros. -----

De acordo com o Regulamento de Taxas, Preços e Outras Receitas do Município de Miranda do Corvo: -----

“Artigo 26.º Pagamento em prestações -----

1 – É admitido o pagamento das taxas ou preços em prestações, nos termos do Código de Procedimento e de Processo Tributário e da Lei Geral Tributária, mediante requerimento devidamente fundamentado e em função da capacidade económica do requerente, o qual pode, por deliberação da Câmara Municipal com faculdade de delegação no Presidente da Câmara ou de subdelegação nos Vereadores ou nos Dirigentes dos Serviços Municipais, ser fracionado em prestações mensais de valor fixo ou variável, não podendo o prazo do pagamento da última prestação exceder um ano, à exceção das que tenham regulamentação específica. -----

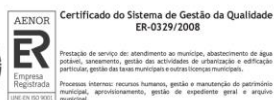
2 – O pedido para pagamento em prestações mensais é apresentado pelo requerente, mediante requerimento, dentro do prazo para pagamento voluntário e deve conter as seguintes referências: -----

- a) Identificação do requerente; -----
- b) Natureza da dívida; -----
- c) Número de prestações pretendido, -----
- d) Motivos que fundamentam o pedido; -----
- e) Prestação de garantia idónea. -----

3 – Com o pedido o requerente deve oferecer garantia idónea, a qual pode ser prestada através de garantia bancária, seguro-caução ou qualquer meio suscetível de assegurar o pagamento da dívida, acrescida dos juros de mora. -----

4 – Nos casos em que o valor da taxa seja igual ou inferior ao dobro da retribuição mínima mensal garantida, fica o requerente dispensado da constituição de garantia. -----

5 - O requerente deve, ainda, acompanhar o pedido dos documentos necessários, designadamente, os destinados a comprovar que a sua situação económica não permite o





câmara municipal MIRANDA DO CORVO

pagamento integral da taxa de uma só vez, dentro do prazo fixado para pagamento voluntário. -----

6 – O valor das prestações, o seu número e as respetivas datas de vencimento são determinados na deliberação ou despacho que possibilita o pagamento em prestações, devendo ser ponderada a proposta do sujeito passivo, caso exista. -----

Artigo 27.º Condições -----

1 – O número de prestações não pode exceder as 12 e o mínimo de cada uma não pode ser inferior ao valor de 25,00 Euros. -----

2 – Em caso de deferimento do pedido, o valor de cada prestação mensal corresponderá ao total da dívida fracionado pelo número de prestações autorizado. Acresce ao valor de cada prestação os juros de mora contados sobre o respetivo montante, desde o termo do prazo para pagamento voluntário, até à data do pagamento efetivo de cada uma das prestações. -----

3 – O pagamento de cada prestação é devido durante o mês a que esta corresponder.

4 – A falta de pagamento de qualquer prestação implica o vencimento imediato das seguintes, assegurando - se a execução fiscal da dívida remanescente mediante a extração da respetiva certidão de dívida. -----

Artigo 28.º Competência -----

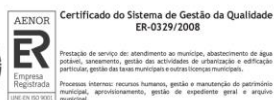
Compete à Câmara Municipal, com faculdade de delegação no Presidente da Câmara Municipal e de subdelegação nos Vereadores ou nos dirigentes dos serviços municipais autorizar, caso a caso, mediante proposta dos serviços o pagamento em prestações de taxas, nos termos previstos nesta Secção." -----

Atento ao exposto, o valor em dívida, ou seja, 12.800,74 euros seriam repartidos pelos doze meses permitidos no Regulamento de Taxas, Preços e Outras Receitas do Município de Miranda do Corvo correspondendo assim a uma prestação mensal no valor de 1066,73 euros. -----

No entanto, atendendo que a presente dívida já deveria encontrar-se em execução fiscal, pode a Câmara Municipal aplicar o n.º 7 do Código de Procedimento e de Processo Tributário: -----

"Artigo 7.º Tributos administrados por autarquias locais -----

1 - As competências atribuídas no código aprovado pelo presente Decreto-Lei a órgãos periféricos locais serão exercidas, nos termos da lei, em caso de tributos administrados por autarquias pela respectiva autarquia. -----





câmara municipal MIRANDA DO CORVO

2 - As competências atribuídas no código aprovado pelo presente Decreto-Lei ao dirigente máximo do serviço ou a órgãos executivos da administração tributária serão exercidas, nos termos da lei, pelo presidente da autarquia. -----

3 - As competências atribuídas pelo código aprovado pelo presente Decreto-Lei ao representante da Fazenda Pública serão exercidas, nos termos da lei, por licenciado em Direito desempenhando funções de mero apoio jurídico." -----

Assim, pode o Código de Procedimento e de Processo Tributário ser aplicado à Câmara Municipal e ao abrigo do n.º 196: -----

"Artigo 796.º Pagamento em prestações e outras medidas -----

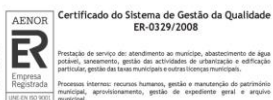
1 - As dívidas exigíveis em processo executivo poderão ser pagas em prestações mensais e iguais, mediante requerimento a dirigir, no prazo de oposição, ao órgão da execução fiscal. -----

2 - O disposto no número anterior não é aplicável às dívidas de recursos próprios comunitários e as dívidas resultantes da falta de entrega, dentro dos respectivos prazos legais, de imposto retido na fonte ou legalmente repercutido a terceiros, salvo em caso de falecimento do executado, contando-se nesse caso o prazo para o requerimento do pagamento a partir da citação nos termos do n.º 4 do artigo 155.º -----

3 - É excepcionalmente admitida a possibilidade de pagamento em prestações das dívidas referidas no número anterior, requerido no prazo de oposição, sem prejuízo da responsabilidade contra-ordenacional ou criminal que ao caso couber, quando esteja em aplicação plano de recuperação económica de que decorra a imprescindibilidade da medida, desde que se preveja a substituição dos administradores e gerentes responsáveis pela não entrega das prestações tributárias em causa. -----

4 - Independentemente dos requisitos do número anterior, sem prejuízo da responsabilidade contraordenacional ou criminal que ao caso couber, é ainda admitida a possibilidade de pagamento em prestações, mediante requerimento a apresentar no prazo da oposição e desde que se demonstre a dificuldade financeira excepcional e previsíveis consequências económicas gravosas, não podendo o número das prestações mensais exceder 12 e o valor de qualquer delas ser inferior a 1 unidade de conta no momento da autorização. -

5 - O pagamento em prestações pode ser autorizado desde que se verifique que o executado, pela sua situação económica, não pode solver a dívida de uma só vez, não devendo o número das prestações em caso algum exceder 36 e o valor de qualquer delas ser inferior a 1 unidade de conta no momento da autorização. -----





câmara municipal MIRANDA DO CORVO

6 - Nos casos em que se demonstre notória dificuldade financeira e previsíveis consequências económicas para os devedores, poderá ser alargado o número de prestações mensais até 5 anos, se a dívida exequenda exceder 500 unidades de conta no momento da autorização, não podendo então nenhuma delas ser inferior a 10 unidades da conta. -----

7 - Quando, no âmbito de processo de recuperação económica se demonstre a indispensabilidade da medida e, ainda, quando os riscos inerentes à recuperação dos créditos o tornem recomendável, administração tributária pode estabelecer que o regime prestacional seja alargado até ao dobro do limite máximo previsto no número anterior, com a observância das condições previstas nos n.os 3 e 6. -----

8 - A importância a dividir em prestações não compreende os juros de mora, que continuam a vencer-se em relação à dívida exequenda incluída em cada prestação e até integral pagamento, os quais serão incluídos na guia passada pelo funcionário para pagamento conjuntamente com a prestação. -----

9 - Poderão beneficiar do regime previsto neste artigo os terceiros que assumam a dívida, ainda que o seu pagamento em prestações se encontre autorizado, desde que se verifiquem cumulativamente as seguintes condições: -----

a) Obtenham autorização do devedor ou provem interesse legítimo; -----

b) Prestem garantia através de um dos meios previstos no n.º 1 do artigo 799.º. -----

10 - A assunção da dívida nos termos do número anterior não exonera o antigo devedor, respondendo este solidariamente com o novo devedor, e, em caso de incumprimento, o processo de execução fiscal prosseguirá os seus termos contra o novo devedor. -----

11 - O despacho de aceitação de assunção de dívida e das garantias previstas na alínea b) do n.º 8 pode determinar a extinção das garantias constituídas e ou apresentadas pelo antigo devedor. -----

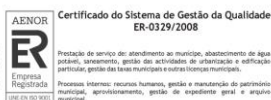
12 - O novo devedor ficará sub-rogado nos direitos referidos no n.º 1 do artigo 92º após a regularização da dívida, nos termos e condições previstos no presente artigo. -----

13 - O disposto neste artigo não poderá aplicar-se a nenhum caso de pagamento por sub-rogação." -----

Assim, poderá a dívida da Casa do Povo de Miranda do Corvo ser repartida por 36 meses, ficando assim com uma prestação mensal no valor de 355.58 euros. -----

Mais se informa, o artigo 200º prevê as consequências da falta de pagamento: -----

"Artigo 200º Consequências da falta de pagamento -----





câmara municipal MIRANDA DO CORVO

1 - A falta de pagamento sucessivo de três prestações, ou de seis interpoladas, importa o vencimento das seguintes se, no prazo de 30 dias a contar da notificação para o efeito, o executado não proceder ao pagamento das prestações incumpridas, prosseguindo o processo de execução fiscal os seus termos. -----

2 - A entidade que tiver prestado a garantia será citada para, no prazo de 30 dias, efectuar o pagamento da dívida ainda existente e acrescido até ao montante da garantia prestada, sob pena de ser executada no processo.-----

3 - No processo far-se-ão constar os bens que foram dados em garantia" -----

Assim, sugiro que a dívida da Casa do Povo de Miranda do Corvo seja repartida pelas prestações máximas permitidas pelo Código de Procedimento e Processo Tributário, ou seja 36 meses. Ficando assim com uma prestação mensal no valor de 355,58 euros. -----

Miranda do Corvo, 25 de julho de 2014 -----

A Assistente Técnica, Cláudia Silva (a).” -----

O Senhor Presidente lamentou profundamente toda esta situação que as coletividades vivem.-----

Referiu que o executivo anterior deixou que ao longo de muitos anos, se fossem acumulando dívidas das coletividades ao município. -----

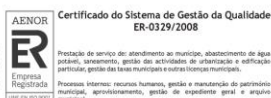
Informou que de acordo com a lei, toda esta situação, impede o pagamento de subsídios já aprovados. -----

Recordou que as coletividades se encontram numa situação insustentável e que a solução de recurso encontrada, sem prejuízo de outras propostas que serão muito em breve apresentadas para ajudar as coletividades a ultrapassar esta situação extremamente difícil, passou no imediato pelo pagamento das dívidas em prestações, para que assim se possam libertar os subsídios atribuídos e aos quais estas coletividades têm direito. -----

Lamentou que esta situação se tenha arrastado durante tantos anos e que se tenha chegado a este ponto. -----

O Senhor Vereador Sérgio Sêco referiu que o senhor Presidente andou distraído nos últimos quatro anos em que foi Vereador da oposição, uma vez que o Executivo anterior tentou sempre protelar a dívida com pagamento em prestações e inclusivamente muitas coletividades pagaram as suas dívidas. -----

Mencionou que tirando algumas coletividades com mais problemas, a maior parte delas tem vindo a pagar as suas dívidas. -----





câmara municipal MIRANDA DO CORVO

Por fim, salientou que o executivo presente tem a obrigação de tentar resolver as questões da melhor maneira e que não pode referir que no passado ninguém tentou resolver, porque é falso. -----

O Senhor Presidente referiu que na próxima sessão irá ser presente um quadro com as dívidas acumuladas destes anos todos. -----

Atendendo à informação que consta em anexo, e não tendo o referido processo sido remetido para execução fiscal, com o intuito de não agravar ainda mais o valor em dívida e atendendo às dificuldades económicas que a entidade sente, deliberaram, por unanimidade, deferir o número de prestações de acordo com o previsto no Código do Procedimento e Processo Tributário, prescindindo da apresentação de garantia bancária. -----

Dívidas - Grupo Desportivo dos Moinhos - Pagamento em prestações: Tem junto informação técnica da Assistente Administrativa, Eugénia Farinha e da Chefe de Divisão Administrativa e Financeira, Marilene Rodrigues, que a seguir se transcreve: -----

“De acordo com o despacho em anexo, e com documento emito pela área financeira, informo que o Grupo Desportivo dos Moinhos, com sede na Rua das Lapas - Moinhos, tem uma dívida com esta Autarquia no valor de 4.249,26€, referente à utilização dos veículos municipais.-----

Relativamente ao pagamento de prestações, solicitado pelo referido Grupo informo do seguinte:-----

- Sendo que já terminou o prazo para pagamento voluntário, todos estes processos já deveriam ter passado para execução fiscal. Assim, poder-se-á adotar as mesmas regras impostas pelo Código do Processo Tributário, mais propriamente no seu *artigo 196.º* - pagamento em prestações e *outras medidas*. -----

1- As dívidas poderão ser pagas em prestações mensais e iguais; -----

2 - O pagamento em prestações pode ser autorizado desde que se verifique que o executado, pela sua situação económica, não pode solver a dívida de uma só vez, não devendo o número de prestações em caso algum exceder 36 e o valor de qualquer delas ser inferior a uma unidade de conta (102, 00€) no momento da autorização;-----

3 - A importância a dividir em prestações não compreende os juros de mora, que continuam a vencer-se em relação à dívida exequenda incluída em cada prestação e integral pagamento. -----



Certificado do Sistema de Gestão da Qualidade
ER-0329/2008
Prestação de serviços de atendimento ao município, abastecimento de água potável, saneamento, gestão das actividades de urbanização e edificação particular, gestão das áreas municipais e outras actividades municipais.
Processos internos: recursos humanos, gestão e manutenção do património municipal, aprovisionamento, gestão do expediente geral e arquivo municipal.





câmara municipal MIRANDA DO CORVO

Importa alertar para o conteúdo do *artigo 200.º, do mesmo Código* - Consequências da *falta de pagamento* - A falta de pagamento de qualquer das prestações importa o vencimento imediato das seguintes. -----

Deste modo propõe-se o seguinte Plano de Pagamento: -----

Total dívida - 4.249,26€ / 36 prestações mensais = 118,04€.-----

A primeira prestação deverá ser liquidada, no prazo de 10 dias a contar da data da possível notificação de deferimento. -----

- É o que me cumpre informar.-----

A Funcionária, Eugénia Farinha (a).”-----

Atendendo à informação que consta em anexo, e não tendo o referido processo sido remetido para execução fiscal, com o intuito de não agravar ainda mais o valor em dívida e atendendo às dificuldades económicas que a entidade sente, deliberaram, por unanimidade, deferir o número de prestações de acordo com o previsto no Código do Procedimento e Processo Tributário, prescindindo da apresentação de garantia bancária. -----

Atribuição de subsídio à mesma coletividade, nas reuniões camarárias de 20 de junho e 18 de julho de 2014. Tem junto informação da Assistente Administrativa, Ana Margarida Mendo e da Chefe de Divisão Administrativa e Financeira, Marilene Rodrigues.--

A Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar o teor da informação técnica, revogando o subsídio atribuído à Casa Recreativa e Cultural da Granja de Semide, na reunião camarária de 18 de julho de 2014. -----

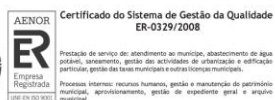
Empreitada de “Construção da Rede de Águas e da Rede de Saneamento o Corvo”, adjudicada à Firma Lusosicó Construções, S.A.: presente informação técnica propondo a aprovação do Auto de Vistoria e recepção parcial, bem como a liberação de 15% da caução prestada.-----

A Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar a recepção parcial, bem como proceder à liberação da caução, em posse do município, de acordo com a informação técnica.

Programação da Casa das Artes para os meses de Setembro e Outubro de 2014. Tem junto informação das Técnicas, Ana Figueiredo, Margarida Mota e Alda Gonçalves. ----

Nos termos do previsto no n.º1 do art.º 45.º do CPA, o Vereador José Miguel comunicou o seu impedimento no presente processo relativa ao concerto da Unidade Sénior da Fundação ADFP por ter ligações familiares com os elementos da direção. -----

Nos termos do previsto no n.º 3 do art.º 45.º o Sr. Presidente da Câmara Municipal conheceu a existência do impedimento e declarou-o.-----





câmara municipal MIRANDA DO CORVO

Nos termos do previsto no n.º1 do art.º 45.º do CPA, o Vereador Dr. Sérgio Seco comunicou o seu impedimento relativamente ao Restaurante Zé Padeiro, por ter ligações familiares com os proprietários. -----

Nos termos do previsto no n.º 3 do art.º 45.º o Sr. Presidente da Câmara Municipal conheceu a existência do impedimento e declarou-o. -----

Submetida à votação a informação da programação da Casa das Artes de Miranda do Corvo, para os meses de setembro e outubro de 2014, foi a mesma aprovada por unanimidade, de acordo com a informação das técnicas. -----

Atribuição de subsídio à I Feira Antiga de Semide: presente proposta n.º 14/VP/2014 da Sr.ª Vice-presidente, que a seguir se transcreve:-----

“A Câmara Municipal tem como objectivo apoiar todas as colectividades e associações do nosso Concelho. -----

E intuito deste executivo, apesar dos constrangimentos financeiros que se fazem sentir, promover as actividades que dinamizem a nossa terra e sirvam de atracção para visitantes. -----

Consideramos que a organização da I Feira Antiga de Semide é um bom exemplo do acima exposto, e como tal de relevante interesse público potenciando as características e particularidades desta freguesia. -----

Assim, e além de todo o apoio logístico já concedido, ao abrigo do artigo 11.º do Regulamento de Atribuição de Subsídios às Associações Desportivas, Culturais e Recreativas do Concelho de Miranda do Corvo, proponho atribuir um subsídio de €750,00 à Fábrica da Igreja Paroquial de Semide pela realização da I Feira Antiga de Semide.-----

Paços do Município de Miranda do Corvo, 29 de Julho de 2014, -----

A Vice-Presidente da Câmara Municipal, Ana Maria dos Santos Marreco e Rosa de Gouveia (a).” -----

Nos termos do previsto no n.º1 do art.º 45.º do CPA, a Vereadora Célia Mateus comunicou o seu impedimento no presente processo, por ter ligações familiares com os elementos da comissão. -----

Nos termos do previsto no n.º 3 do art.º 45.º o Sr. Presidente da Câmara Municipal conheceu a existência do impedimento e declarou-o. -----

O Vereador Sérgio Sêco referiu que além de uma festa foi também uma Feira de Artesanato e mostra de empresas que quiseram colaborar com a mesma. -----



Certificado do Sistema de Gestão da Qualidade
ER-0329/2008

Prestação de serviços de atendimento ao município, abastecimento de água potável, saneamento, gestão das actividades de urbanização e edificação particular, gestão das áreas municipais e manutenção municipal.
Processos internos: recursos humanos, gestão e manutenção do património municipal, aprovisionamento, gestão do expediente geral e arquivo municipal.





câmara municipal MIRANDA DO CORVO

Recordou o que o Senhor Presidente admitiu relativamente ao atraso na decisão e que provavelmente houve uma decisão em virtude da insistência dos Vereadores da Coligação PPD-PSD/CDS "Miranda Não Pode Parar". -----

Referiu que apenas quinze dias antes é que a coletividade teve a resposta que a Câmara iria apoiar o evento. -----

Na sua opinião também era importante ser presente o apoio que foi prestado ao pessoal bem como todos os gastos que a Câmara teve com este evento. -----

Mencionou que verificou que baixaram o apoio em honra de S. Pedro e desta feira que antes se chamava Expo Semide e que depois passou a ter um carácter de Feira do Artesanato.

Referiu que tem conhecimento que a Comissão de Festas e a Fábrica da Igreja, estão a juntar dinheiro para apoiar no restauro do altar. -----

Por fim propôs que ao invés de ser atribuído um subsídio de 750,00 euros, passasse o subsídio para 1.500,00 euros, tendo em conta que eles pretendem recuperar o Altar-mor da igreja do Mosteiro de Semide. -----

O Senhor Presidente referiu que parte do saldo desta iniciativa será para a recuperação do Altar-mor, mas que segundo o Senhor Padre referiu, este investimento rondará os 40.000,00 euros, pelo que os valores em causa são completamente desproporcionais. -----

O Senhor Presidente referiu que não adianta atribuir mais 750,00 euros, uma vez que posteriormente haverá necessidade de apoiar com mais para esta iniciativa. -----

Referiu que independentemente de quem tinha a obrigação de ajudar e apoiar, a comissão já tem dinheiro de parte e que a Câmara irá certamente apoiar. -----

Referiu que espera que na próxima sessão ou na primeira de Setembro, atribuam uma verba significativa para apoiar a recuperação do Altar-mor. -----

Mencionou que tem plena consciência que os subsídios anteriores foram superiores, mas que agora houve uma subdivisão em dois eventos: a Feira Antiga e um outro evento que a União de Freguesias irá organizar em setembro. -----

O Vereador José Miguel Ferreira, referiu que o Senhor Presidente não percebeu o alcance da intervenção do Vereador Sérgio Sêco. -----

Referiu que o Senhor Presidente refere que há mais uma festa, mas que não é verdade uma vez que a Expo Semide passará a ser realizada juntamente com a Feira da Árvore. Disse que a Festa de S. Pedro já existia, bem como a Feira da Árvore e que é a Expo Semide que transita de uma para a outra. -----



AENOR Certificado do Sistema de Gestão da Qualidade
ER-0329/2008
Prestação de serviços de atendimento ao município, abastecimento de água potável, saneamento, gestão das actividades de urbanização e edificação pública, gestão das áreas municipais e outras actividades municipais.
Empresário Registrado
Processos internos: recursos humanos, gestão e manutenção do património municipal, aprovisionamento, gestão do expediente geral e arquivo municipal.





câmara municipal MIRANDA DO CORVO

Referiu que lhe parece injusto a Câmara Municipal atribuir o mesmo subsídio que a Junta de Freguesia, com todas as limitações financeiras que esta tem. -----

Disse que num ano em que o Senhor Presidente aumentou tanto a despesa e o prejuízo com a Expo Miranda, parece de elementar injustiça estar a prejudicar as pessoas de Semide face às pessoas de Miranda. -----

Referiu que tem conhecimento que o Senhor Presidente sugeriu aos organizadores da Festa de S. Pedro que eles contratassem a Filarmónica Mirandense, apesar da mesma ser mais cara mas assumindo que apoiaria, pelo que o subsídio proposto não chega para pagar à Filarmónica Mirandense, o que foi proposto pelo Sr. Presidente. -----

Terminou referindo que lhe parece que o subsídio é manifestamente curto, tendo em conta os argumentos apresentados e tendo em conta a situação financeira da autarquia, é possível dar mais para as pessoas que fazem tanto pela nossa terra. -----

O Senhor Presidente referiu que se trata de um evento organizado pela Igreja. A Câmara apoia IPSS, Coletividades, Freguesias, etc, e que se bem se recorda os apoios concedidos à Igreja são basicamente a Festa de S. Sebastião, que este ano a autarquia procedeu à divulgação à Solenidade dos Passos do Senhor e que como a Freguesia de Semide tem uma forte tradição religiosa, além deste apoio (para uma comissão de festas ligada à Igreja, sendo que das centenas de festas religiosas que se realizam em todo o concelho, o único apoio que a Câmara dá é logístico) este ano irão proceder à divulgação e promoção da Romaria do Divino Senhor da Serra. -----

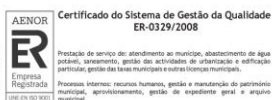
Quanto à questão da Filarmónica disse que houve um mal-entendido, uma vez que o que disse foi que a Filarmónica Mirandense fosse preferida a outras vindas de fora e que apenas referiu que a Câmara estaria disponível para ajudar com um subsídio que de algum modo desse para cobrir essa diferença. -----

Os restantes membros deliberaram, por maioria, com 3 abstenções dos Vereadores da Coligação PPD-PSD/CDS "Miranda Não Pode Parar" e os votos favoráveis dos Vereadores do Partido Socialista e do Senhor Presidente, aprovar a proposta. -----

O Vereador Sérgio Sêco referiu que os Vereadores da Coligação PPD-PSD/CDS "Miranda Não Pode Parar", abstiveram-se na votação pelos argumentos apresentados anteriormente.

Apoio à Romaria do Divino Senhor da Serra: presente Proposta nº 29/P/2014 do Senhor Presidente de Câmara, Miguel Baptista, que a seguir se transcreve: -----

“A Romaria do Divino Senhor da Serra é um ponto alto das festas religiosas da região centro e representa uma das mais antigas e famosas romarias do nosso país. Ao longo dos





câmara municipal MIRANDA DO CORVO

anos, já passaram pelas terras do nosso município centenas de milhares de devotos que, movidos pela fé, se dirigem ao Santuário do Divino Senhor da Serra para pagar as suas promessas, agradecer ou pedir graças, ou simplesmente por devoção. -----

Por tudo isto, considero a Romaria do Divino Senhor da Serra um importante pólo de atracção turística que não deve cair em esquecimento. -----

Assim, com o objectivo de divulgar e revitalizar esta celebração religiosa, em articulação com o Sr. Padre da Paróquia de Semide, proponho apoio logístico com impressão de 150 cartazes, uma faixa e colocação de um outdoor na cidade de Coimbra, referentes à Romaria do Divino Senhor da Serra de 2014. -----

Paços do Município de Miranda do Corvo, 29 de Julho de 2014 -----

O Presidente da Câmara Municipal, António Miguel Costa Baptista (a).” -----

A Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar a proposta. -----

Comissão de Revisão do Regulamento de Atribuição de Subsídios às Associações Desportivas, Culturais e Recreativas: presente Proposta nº 30/P/2014 do Senhor Presidente de Câmara, Miguel Baptista, que a seguir se transcreve: -----

“O Regulamento de Atribuição de Subsídios às Associações Desportivas, Culturais e Recreativas atualmente em vigor foi publicado em Diário da República em 2 de Outubro de 2012, após aprovação em sessão de Câmara de 19 de Janeiro e Assembleia Municipal de 6 de Fevereiro do mesmo ano. -----

Após este período de vigência, verifica-se a necessidade de proceder a alguns ajustes e melhorias no articulado do Regulamento, de forma a melhor adequar o mesmo às necessidades das coletividades. -----

Pelo exposto, sou a propor a seguinte composição para a Comissão de Revisão do referido Regulamento: -----

Prof. Ana Gouveia, Vice-Presidente, -----

Rui Godinho, Vereador; -----

Dr. Sérgio Seco, Vereador; -----

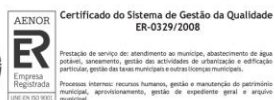
Dra. Marilene Rodrigues, Chefe de Divisão, -----

Prof. Carlos Rafael, Técnico Superior. -----

A proposta final de Revisão do Regulamento deverá estar finalizada até ao dia 3 de Setembro. -----

Paços do Município de Miranda do Corvo, 29 de Julho de 2014 -----

O Presidente da Câmara Municipal, António Miguel Costa Baptista (a).” -----





câmara municipal MIRANDA DO CORVO

A Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar a proposta. -----

Dívidas - Clube Atlético Mirandense: presente informação técnica da Assistente Administrativa, Eugénia Farinha e da Chefe de Divisão Administrativa e Financeira, Marilene Rodrigues, que a seguir se transcreve: -----

“De acordo com o despacho em anexo, e com documento emitido pela área financeira, informo que o Clube Atlético Mirandense, com sede na Rua D. Afonso Henriques, n.º 12 - Miranda do Corvo, tem uma dívida com esta Autarquia no valor de 14.614,71€, referente à utilização dos veículos municipais; -----

Relativamente ao pedido e proposta do pagamento de prestações, solicitado pelo referido Clube informo do seguinte: -----

- Sendo que já terminou o prazo para pagamento voluntário, todos estes processos já deveriam ter passado para execução fiscal. Assim, poder-se-á adotar as mesmas regras impostas pelo Código do Processo Tributário, mais propriamente no seu *artigo 196º - pagamento em prestações e outras medidas*. -----

1- As dívidas poderão ser pagas em prestações mensais e iguais; -----

2 - O pagamento em prestações pode ser autorizado desde que se verifique que o executado, pela sua situação económica, não pode solver a dívida de uma só vez, não devendo o número de prestações em caso algum exceder 36 e o valor de qualquer delas ser inferior a uma unidade de conta (102,00€) no momento da autorização; -----

3 - A importância a dividir em prestações não compreende os juros de mora, que continuam a vencer-se em relação à dívida exequenda incluída em cada prestação e até integral pagamento. -----

Importa alertar para o conteúdo do *artigo 200.º, do mesmo Código Consequências da falta de pagamento* - A falta de pagamento de qualquer das prestações importa o vencimento imediato das seguintes. -----

Dado que o Clube Atlético Mirandense se propõe pagar 3 prestações no valor de 1.018,68€, que se referiam às prestações não pagas nos meses de Maio, Junho e Julho de 2014, consideram-se como dívida para novo Plano de Pagamento de prestações a quantia de 13.596,03€. -----

Deste modo propõe-se o seguinte Plano de Pagamento: -----

Dívida - 14.614,71€ - 1.018,68€ = 13.596,03€ / 33 prestações mensais = 412,00€. -----

A primeira prestação deverá ser liquidada, no prazo de 10 dias a contar da data da possível notificação de deferimento. -----



Certificado do Sistema de Gestão da Qualidade
ER-0329/2008
Prestação de serviços de atendimento ao município, abastecimento de água potável, saneamento, gestão das actividades de urbanização e edificação particular, gestão das áreas municipais e manutenção municipal.
Processos internos: recursos humanos, gestão e manutenção do património municipal, aprovisionamento, gestão do expediente geral e arquivo municipal.





câmara municipal MIRANDA DO CORVO

- E o que me cumpre informar.-----

A Funcionária, Eugénia Farinha (a).”-----

Nos termos do previsto no n.º 1 do art.º 45.º do CPA, a Vereadora Rita Amado comunicou o seu impedimento no presente processo, por fazer parte da direção. -----

Nos termos do previsto no n.º 3 do art.º 45.º o Sr. Presidente da Câmara Municipal conheceu a existência do impedimento e declarou-o. -----

A Câmara deliberou, por unanimidade, aceitar que as prestações que se encontram em atraso, sejam devidamente descontadas no subsídio que o Clube Atlético Mirandense tem a receber. -----

No que diz respeito ao restante valor em dívida, apesar do referido processo não ter sido remetido para execução fiscal, com o intuito de não agravar ainda mais o valor em dívida e atendendo às dificuldades económicas que a entidade sente, deliberaram, por unanimidade, deferir o número de prestações de acordo com o previsto no Código do Procedimento e Processo Tributário, prescindindo da apresentação de garantia bancária. -----

Do Clube Atlético Mirandense, a solicitar a antecipação do pagamento do subsídio regulamentar, referente ao 3º trimestre de 2014, no valor de 4.000 euros. -----

Nos termos do previsto no n.º 1 do art.º 45.º do CPA, a Vereadora Rita Amado comunicou o seu impedimento no presente processo, por fazer parte da direção. -----

Nos termos do previsto no n.º 3 do art.º 45.º o Sr. Presidente da Câmara Municipal conheceu a existência do impedimento e declarou-o. -----

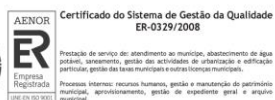
O Senhor Presidente referiu que este processo não tem informação de fundos disponíveis, mas que ao abrigo da deliberação tomada anteriormente, referente aos apoios às coletividades desportivas e culturais, não é necessário. -----

Salientou que no caso concreto do Mirandense o pagamento seria trimestral e que se encontra a pagamento o primeiro semestre, o qual já se pode desbloquear em virtude do pedido de pagamento em prestações. -----

Propôs que o Clube Atlético, em virtude de se encontrar em grandes dificuldades financeiras, a Câmara pague já a verba referente ao 3.º trimestre de 2014, procedendo de igual modo para as restantes coletividades que já têm direito a receber a verba referente ao terceiro trimestre. -----

Pelo exposto, referiu que estão em condições de votar dado que o processo está devidamente instruído na Área Administrativa e Financeira. -----

A Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar a proposta do senhor Presidente. -----





câmara municipal MIRANDA DO CORVO

Processo de contraordenação n.º 06/2012 - Luís Carlos Reis Simões: presente
informação técnica do Instrutor, Dr. Telmo Gomes, do seguinte teor: -----

“Nos presentes autos de processo 06/2012, em que é arguido Luís Carlos Reis Simões, devidamente identificado nos autos, foi elaborada proposta de decisão pelo anterior instrutor do processo, datada de 23 de Setembro de 2013. -----

Tal proposta carece de ser submetida à Reunião de Câmara para, como é uso nesta autarquia, ser sujeita a apreciação. -----

Deste modo, propõe-se que a referida proposta seja apresentada em reunião de Câmara para apreciação, sendo de seguida notificado o arguido da decisão que venha a ser tomada, nos termos e para os efeitos do disposto no artigo 58.º do RGCO.-----

Miranda do Corvo, 22 de Julho de 2014.-----

O Instrutor, Telmo Gomes (a).” -----

A Câmara deliberou por unanimidade aprovar a admoestação, de acordo com o previsto no art.º 51.º do RGCO. -----

Processo de contraordenação n.º 08/2012 - Maria Isilda Alexandre Mano: presente
informação técnica do Instrutor, Dr. Telmo Gomes, do seguinte teor: -----

“Nos presentes autos de processo 08/2012, em que é arguida Maria Isilda Alexandre Mano, devidamente identificada nos autos, foi elaborada proposta de decisão pelo anterior instrutor do processo, datada de 12 de Setembro de 2013. -----

Tal proposta carece de ser submetida à Reunião de Câmara para, como é uso nesta autarquia, ser sujeita a apreciação. -----

Deste modo, propõe-se que a referida proposta seja apresentada em reunião de Câmara para apreciação, sendo de seguida notificada a arguida da decisão que venha a ser tomada, nos termos e para os efeitos do disposto no artigo 58.º do RGCO.-----

Miranda do Corvo, 22 de Julho de 2014.-----

O Instrutor, Telmo Gomes (a).” -----

A Câmara deliberou por unanimidade aprovar a aplicação de uma coima no valor de 100,00 euros. -----

Processo de contraordenação n.º 53/2009 - Lídia Ferreira Carvalho: presente
informação técnica do Instrutor, Dr. Telmo Gomes, do seguinte teor: -----

“No âmbito do processo de contra - ordenação n.º 53/2009, em que é arguida Lídia Ferreira Carvalho, nos autos melhor identificado, consta uma informação da antiga instrutora do processo, de 15/11/2013, na qual propõe que a decisão administrativa constante dos autos



Certificado do Sistema de Gestão da Qualidade
ER-0329/2008
Prestação de serviços de atendimento ao município, abastecimento de água potável, saneamento, gestão das actividades de urbanização e edificação particular, gestão das áreas municipais e infra-estruturas municipais.
Processos internos: recursos humanos, gestão e manutenção do património municipal, aprovisionamento, gestão do expediente geral e arquivo municipal.





câmara municipal MIRANDA DO CORVO

de 15/04/2013, que aplicou à arguida uma coima no valor de 500,00€, acrescida das custas do processo, seja revogada e o processo de contra-ordenação arquivado por inutilidade superveniente. -----

Ora, salvo o devido respeito, entendemos que esta informação/proposta não poderá ser acolhida, porquanto não vemos suporte legal para um arquivamento por inutilidade superveniente. -----

Contudo, entendemos que a iniciativa de revisão de decisão, respeita o disposto na alínea d) do n.º 1, do artigo 449.º do CPP, ex vi n.º 1 do artigo 80 do RGCO, na medida que existem factos, trazidos pela exposição apresentada pela arguida em 07/10/2013, que não foram tidos em conta na decisão administrativa, nomeadamente o facto de arguida no decurso do processo de contra-ordenação ter diligenciado pela obtenção do competente licenciamento de obras. -----

Assim, por respeito ao princípio de economia processual, entendemos que deve ser aproveitada a proposta de revisão apresentada pela anterior instrutora contudo, ao invés de o processo ser arquivado por inutilidade superveniente, entendemos que a decisão administrativa deve ser revista no sentido de ser aplicada à arguida uma admoestação, nos termos do disposto no artigo 51.º do RGCO, devendo ser submetida à reunião de Câmara para deliberação e posterior notificação. -----

À consideração superior. -----

Miranda do Corvo, 08 de Julho de 2014. -----

O Instrutor, Telmo Gomes (a).” -----

A Câmara deliberou por unanimidade aprovar a admoestação, de acordo com o previsto no art.º 51.º do RGCO. -----

INFORMAÇÕES PARA CONHECIMENTO -----

Do Clube Automóvel do Centro, em nome da Comissão Organizadora do Rali Rainha Santa 2014, a enviar agradecimento pela colaboração da Câmara Municipal de Miranda do Corvo, na pessoa do Senhor Presidente de Câmara, Miguel Baptista; -----

A Câmara tomou conhecimento. -----

Da CCDRC - Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro, a enviar as soluções interpretativas (soluções interpretativas uniformes) que resultaram de uma reunião de coordenação jurídica, entre a DGAL e as CCDR e já homologadas pelo Secretário de Estado da Administração Local; -----

A Câmara tomou conhecimento. -----



Certificado do Sistema de Gestão da Qualidade
ER-0329/2008
Prestação de serviços de atendimento ao município, abastecimento de água potável, saneamento, gestão das actividades de urbanização e edificação particular, gestão das áreas municipais e outras funções municipais.
Processos internos: recursos humanos, gestão e manutenção do património municipal, aprovisionamento, gestão do expediente geral e arquivo municipal.





câmara municipal MIRANDA DO CORVO

Do Programa Operacional Regional do Centro, Mais Centro, a admitir a candidatura do projeto: Requalificação do Campo Municipal de Futebol;-----

A Câmara tomou conhecimento. -----

Do Programa Operacional Regional do Centro, Mais Centro, a notificar da decisão definitiva de admissão da candidatura: Requalificação da Avenida José Falcão, em Miranda do Corvo; -----

A Câmara tomou conhecimento. -----

Da Eólica do Espigão, a informar da retenção do pagamento do benefício ao Município referente aos meses de abril a junho de 2014; -----

A Câmara tomou conhecimento. -----

Do POVT - Programa Operacional Temático Valorização do Território, a informar sobre a aprovação de reprogramação financeira e temporal do contrato de financiamento para "Obras estruturantes de abastecimento de água e saneamento no concelho de Miranda do Corvo". -----

A Câmara tomou conhecimento. -----

Da Assembleia da República, a remeter um requerimento à Câmara Municipal de Miranda do Corvo, sobre a taxa municipal de proteção civil. -----

A Câmara tomou conhecimento. -----

Da empresa Ultriplo, Reutilização Têxtil, a informar dos valores de recolha do mês de junho de 2014. -----

A Câmara tomou conhecimento. -----

Da Comissão Organizativa da Homenagem a Nelo Paiva, a solicitar a cedência da Casa das Artes para dia 14 de setembro. Tem junto informação da Comissão Consultiva. ---

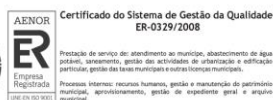
A Câmara tomou conhecimento. -----

Despacho do Vereador com Competências Delegadas, Miguel Brandão, referente à emissão de alvará de obras de edificação n.º 38/2014, relativo à alteração e ampliação de moradia unifamiliar e construção de muros de vedação (Processo n.º 218/2013), em nome de Maria José Cabral de Almeida Soares, pelo prazo de três meses. -----

A Câmara tomou conhecimento. -----

Da Técnica Superior, Luísa Camilo, sobre a candidatura ao fornecimento de frutos às Escolas do 1º ciclo do Ensino Básico do Concelho, para o ano letivo 2014/2015 no âmbito do Regime de Fruta Escolar. -----

A Câmara tomou conhecimento. -----





câmara municipal MIRANDA DO CORVO

Da Técnica Superior, Luísa Camilo, a descrever uma intervenção efetuada à Sr^a. Alice da Conceição, ao abrigo do Protocolo de colaboração com a ADFP no âmbito do Serviço Móvel de Apoio ao Cidadão. -----

A Câmara tomou conhecimento. -----

A informar da autorização dada ao pedido da Liga Portuguesa Contra o Cancro para a colocação de muppies nos dias do Peditório Nacional "Contra o Cancro Todos Contam", que decorreu de 31 de outubro a 03 de novembro de 2014. -----

A Câmara tomou conhecimento. -----

Despacho n.º 20/P/2014 a delegar competências, no Vereador Miguel António Bastos Brandão, no domínio da gestão e direção de recursos humanos, afetos aos serviços municipais da Unidade Orgânica do Núcleo de Urbanismo e Projetos. Presente despacho do Senhor Presidente de Câmara, Miguel Baptista. -----

A Câmara tomou conhecimento. -----

Despacho n.º 21/P/2014 a delegar competências no Vereador Rui António Fernandes Dias Reis Godinho, no domínio da gestão e direção de recursos humanos, afetos aos serviços municipais da Unidade Orgânica do Núcleo de Infraestruturas e Ambiente. Presente despacho do Senhor Presidente de Câmara, Miguel Baptista. -----

A Câmara tomou conhecimento. -----

Da Técnica Superior, Fátima Ferreira, a confirmar a publicação na 2^a série do Diário da República, da 1^a Revisão do PDM de Miranda do Corvo. -----

A Câmara tomou conhecimento. -----

Do Senhor Presidente de Câmara, Miguel Baptista, a informar da versão final do Acordo de Parceria 2014-2020, por já se encontrarem encerradas as negociações com o Governo. -----

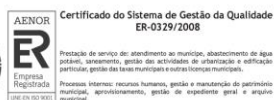
A Câmara tomou conhecimento. -----

Do Centro de Saúde de Miranda do Corvo, a enviar agradecimento pela reparação da grelha do portão principal efetuada pelos serviços camarários. -----

A Câmara tomou conhecimento. -----

Requerimento n.º 5097, de Dina Manuela Rodrigues Brandão, a solicitar o atravessamento da estrada por um tubo para escoamento de águas pluviais, em Pomar dos Braços. Tem informação dos serviços de que o serviço foi executado. -----

A Câmara tomou conhecimento. -----





câmara municipal MIRANDA DO CORVO

Plano de Manutenção de Pontes - Inspeção 1º semestre/2014. Tem informação do Coordenador do NIA, Nuno Caetano. -----

A Câmara tomou conhecimento. -----

Do Programa Operacional Regional do Centro, Mais Centro, a notificar da decisão de admissão da candidatura: Parque das Moitas - Jardim da Paz, em Miranda do Corvo. ----

A Câmara tomou conhecimento. -----

Expo - Miranda 2014 - Tem junto informação da Técnica de Turismo, Alda Gonçalves, a informar o número de pulseiras entregues no evento e anexo da despesa e receita da Expo.-----

O Vereador José Miguel Ferreira, referiu que o relatório apresentado é manifestamente insuficiente. Questionou se os valores referentes aos espetáculos tinham o IVA incluído ou não. -----

Perguntou ao senhor Presidente se a banda que tocou no comício não esteve presente ou se prestou os seus serviços de forma gratuita, pois não vê o nome dela no presente relatório. -----

Questionou também se não existiram custos com os trabalhadores, nomeadamente com o pagamento de horas extraordinárias.-----

Questionou o preço dos tapetes que se encontravam na Feira de Turismo e por fim questionou se a Câmara para esta Expo-Miranda não comprou qualquer tipo de material. -----

Referiu que o deficit é de 66.135,61 euros, bastante superior ao do ano passado, mas que não representa os custos totais. -----

Solicitou ao Senhor Presidente que apresente um relatório minucioso e um relatório devidamente estruturado sobre todo o aspeto financeiro da Expo Miranda. -----

Disse que no relatório está indicado que foram entregues pulseiras a funcionários e a políticos. Uma vez que não tiveram acesso a pulseiras, e uma vez que Senhor Presidente disse publicamente que iria pagar a sua pulseira, para quem foram distribuídas estas pulseiras. ----

Mencionou que todos estes itens deveriam estar discriminados, pois assim é impossível analisar o relatório. -----

O Senhor Presidente esclarece que a pulseira que usou, bem como a sua família, foi efetivamente comprada. -----

O Vereador Rui Godinho esclareceu que relatório apresentado, segundo informação prestada pela Técnica de Turismo Alda Gonçalves, é idêntico ao relatório apresentado pelo executivo anterior. -----



AENOR Certificado do Sistema de Gestão da Qualidade
ER-0329/2008
Prestação de serviços de atendimento ao município, abastecimento de água potável, saneamento, gestão das atividades de urbanização e edificação pública, gestão das áreas municipais e manutenção municipal.
Processos internos: recursos humanos, gestão e manutenção do património municipal, aprovisionamento, gestão do expediente geral e arquivo municipal.





câmara municipal MIRANDA DO CORVO

Referiu que efetivamente há custos que não estão refletidos no relatório, tendo dado como exemplo a cortina preta usada na Expo Miranda, mas informou que a mesma vai ser usada para outros fins. Informou que por exemplo já foi usada na Feira de Outlet e que irá ser usada noutros eventos, pelo que não se pode imputar à Expo Miranda o custo de um item que vai ser usado em outras atividades. -----

Referiu que em relação às outras dúvidas do Senhor Vereador, as faça chegar por escrito para um cabal esclarecimento. -----

O Vereador José Miguel Ferreira, referiu que em relação à cortina que tem toda a razão, mas que em relação aos custos com pessoal os mesmo foram também solicitados no anterior executivo pelo então Vereador Miguel Baptista. -----

Salientou que a Técnica de Turismo, Alda Gonçalves, embora seja extremamente competente não terá acesso a todos os dados que pediu. -----

Referiu que o Vereador Rui Godinho compreende que a tabela apresentada é manifestamente insuficiente e que lhe fará chegar o pedido por escrito de todos os dados que pretende. -----

O Vereador Sérgio Sêco, referiu que o anterior executivo além de solicitar a mesma informação à Técnica de Turismo Alda Gonçalves, também solicitava informações ao estaleiro, recursos humanos, entre outros, nomeadamente à área financeira, afim de obter informações acerca de tudo o que foi adquirido. -----

Referiu que evidentemente que quando se compra algo que depois é usado em outros eventos, o anterior executivo imputava os custos ao evento para o qual foi adquirido. -----

Recordou que há cerca de dois anos mandou recuperar os stands todos e que só as madeiras tiveram um custo de 7 ou 8.000 euros e que essa despesa foi imputada à Expo Miranda. -----

Sugeriu que o executivo fornecesse as informações que o Vereador José Miguel solicitou. -----

O Senhor Presidente informou que o Vereador Rui Godinho tomou nota e que irá proceder ao solicitado. -----

A Câmara tomou conhecimento. -----

Despacho do Vereador com Competências Delegadas, Miguel Brandão, referente à emissão de alvará de obras de edificação n.º 40/2014, relativo à construção de moradia unifamiliar (Processo n.º 72/2012/2013), em nome de Sandra Maria Lopes Luís, pelo prazo de doze meses. -----



Certificado do Sistema de Gestão da Qualidade
ER-0329/2008
Prestação de serviços de atendimento ao município, abastecimento de água potável, saneamento, gestão das atividades de urbanização e edificação particular, gestão das áreas municipais e outras atividades municipais.
Processos internos: recursos humanos, gestão e manutenção do património municipal, aprovisionamento, gestão do expediente geral e arquivo municipal.





câmara municipal MIRANDA DO CORVO

A Câmara tomou conhecimento. -----

Despacho do Vereador Miguel Brandão, referente à emissão de licença de obras de ampliação n.º 39/2014, relativa a alteração e ampliação de um edifício destinado a arrumos (Processo de obras n.º 52/2014), em nome de Lúcia do Carmo Correia, pelo prazo de 90 dias. -----

A Câmara tomou conhecimento. -----

RATIFICAÇÃO DE ACTOS NOS TERMOS DO N.º 3, ART.º 35, DA LEI 75/2013-----

Despacho do Senhor Presidente da Câmara, Miguel Baptista, a aprovar a participação conjunta da Câmara Municipal com o Parque Biológico, na Expo FACIC, de 25 de julho a 03 de agosto;-----

Nos termos do previsto no n.º1 do art.º 45.º do CPA, o Vereador José Miguel comunicou o seu impedimento no presente processo, por ter ligações familiares com os elementos da direção. -----

Nos termos do previsto no n.º 3 do art.º 45.º o Sr. Presidente da Câmara Municipal conheceu a existência do impedimento e declarou-o. -----

Os restantes membros ratificaram o ato nos termos do previsto no n.º 3 do art.º 35.º da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro. -----

Despacho do Senhor Presidente da Câmara, Miguel Baptista, a aprovar a realização da Feira Outlet, de 18 a 20 de julho, tendo em conta a informação da Área Financeira da existência de fundos disponíveis. -----

A Câmara deliberou ratificar o ato nos termos do previsto no n.º 3 do art.º 35.º da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro. -----

Despacho do Senhor Presidente da Câmara, Miguel Baptista, a aprovar a cedência de transporte gratuito para a deslocação dos membros da equipa internacional de turistas do cricket vindos da Rússia. -----

O ponto foi retirado voltando a uma próxima reunião. -----

Despacho da Senhora Vice- presidente, Ana Gouveia, a aprovar a cedência gratuita do ringue municipal de Vila Nova de 14 a 22 de junho, para um torneio de futebol. -----

A Câmara deliberou ratificar o ato nos termos do previsto no n.º 3 do art.º 35.º da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro. -----

Despacho da Senhora Vice- presidente, Ana Gouveia, a aprovar a cedência gratuita do Pavilhão Municipal de Miranda do Corvo, no dia 01 de junho, para a final da taça de encerramento de juvenis de futsal. -----



AENOR Certificado do Sistema de Gestão da Qualidade
ER-0329/2008
Prestação de serviços de atendimento ao município, abastecimento de água potável, saneamento, gestão das actividades de urbanização e edificação particular, gestão das áreas municipais e outras actividades municipais.
Processos internos: recursos humanos, gestão e manutenção do património municipal, aprovisionamento, gestão do expediente geral e arquivo municipal.





câmara municipal MIRANDA DO CORVO

A Câmara deliberou ratificar o ato nos termos do previsto no n.º 3 do art.º 35.º da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro. -----

Despacho do Senhor Presidente da Câmara, Miguel Baptista, a aprovar a solicitação do Município da Pampilhosa da Serra, para a colocação de um outdoor com isenção das respetivas taxas, no sentido de melhor divulgar o Festival de verão "Seaside Sunset Sessions '14". -----

A Câmara deliberou ratificar o ato nos termos do previsto no n.º 3 do art.º 35.º da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro. -----

Despacho do Senhor Presidente da Câmara, Miguel Baptista, a aprovar o Protocolo para acolhimento de estagiários do Curso Técnico Superior Profissional em Proteção Civil e Socorro celebrado com o ISCIA - Instituto Superior de Ciências da Informação e da Administração. -----

A Câmara deliberou ratificar o ato nos termos do previsto no n.º 3 do art.º 35.º da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro. -----

INFORMAÇÃO AO ABRIGO DAS COMPETÊNCIAS DELEGADAS DA CÂMARA MUNICIPAL-----

Despacho do Senhor Presidente da Câmara, Miguel Baptista, aprovando a 10.ª alteração ao Orçamento e 9.ª alteração às GOP de 2014. -----

A Câmara tomou conhecimento. -----

Minuta do contrato de construção da Casa do Design, a celebrar com a sociedade "CIP - Construção, S.A.". Tem junto informação da Área Financeira sobre a existência de fundos disponíveis. -----

A Câmara tomou conhecimento. -----

INTERVENÇÃO DO PÚBLICO -----

Presente na reunião o munícipe José Miguel Simões, que apresentou o seguinte projeto, o qual está a ser preparado pela Fundação ADFP, o qual tem a colaboração do Dr. Hugo Vasco e do Dr. José Miguel Simões, o qual pretendem implementar no próximo ano letivo nas escolas de Miranda do Corvo. -----

“O projeto intitula-se “Mentes Brilhantes” e quer provocar no concelho de Miranda do Corvo e sobretudo nos jovens das nossas escolas, do 1.º ciclo ao ensino secundário, uma aproximação clara entre estes e áreas do saber tão importantes como as ciências, as matemáticas, a língua portuguesa, a psicologia, as neurociências, entre tantas outras. -----

Alicerçado numa componente prática extraordinariamente forte (é esse um dos principais pilares deste projeto) pretendemos que os nossos alunos tenham acesso a cursos de



Certificado do Sistema de Gestão da Qualidade
ER-0329/2008
Prestação de serviços de atendimento ao município, abastecimento de água potável, saneamento, gestão das atividades de urbanização e edificação pública, gestão das áreas municipais e manutenção municipal.
Processos internos: recursos humanos, gestão e manutenção do património municipal, aprovisionamento, gestão do expediente geral e arquivo municipal.





câmara municipal MIRANDA DO CORVO

estudos avançados, totalmente gratuitos, de forma a que estes possam, além da componente teórica e prática que já têm nos seus currículos escolares, possam ter também esta complementaridade de alguns estudos e de algumas áreas do saber tão importantes. -----

Nesse sentido, no próximo Setembro/Outubro iremos arrancar através do Agrupamento de Escolas José Falcão e nomeadamente no Centro Educativo de Miranda do Corvo e para isso também já conversámos com a Câmara Municipal visto ser a proprietária daquele espaço, e aí vamos apetrechar um laboratório de ciências complementares que contará obviamente com alguns materiais que serão num primeiro momento os mínimos para que os cursos possam avançar, mas queremos como é óbvio continuar a crescer e fazer um upgrade dos próprios materiais para que estes cursos possam crescer não só para os alunos do 1.º ciclo, mas também para outros ensinos escolares. -----

Nesse sentido, vamos contar com alguns parceiros, os quais estamos a tentar “puxar para o nosso lado”. Neste momento contamos com o apoio científico do Instituto de Educação e Cidadania que é um instituto de Oliveira do Bairro que já tem este modelo implementado há cerca de 5 ou 6 anos e o sucesso que eles têm granjeado nesse concelho e que nos faz acreditar que também aqui podemos (com as necessárias adaptações) implementar nas nossas escolas. -----

Para tal, contaremos então com o Agrupamento de Escolas e também com a Associação de Pais do mesmo Agrupamento. -----

Ainda ontem tivemos uma reunião com o Sr. Presidente do Centro de Neurociências e Biologia Celular da Universidade de Coimbra que de alguma forma vai ser consultor científico dos nossos cursos e que participará em alguns custos, pelo menos dos investigadores desse centro. -----

O motivo pelo qual hoje me presto a apresentar este projeto perante vós, é na certeza de que queremos a Câmara Municipal como parceiro nosso. -----

Já aqui falei que as instalações neste primeiro ano, serão no Centro Educativo de Miranda do Corvo, mas também parceiro ao nível da própria logística e na participação nas mais diversas atividades que temos, além da componente dos custos. -----

Lembro que apesar deste projeto ser promovido pela Fundação ADFP, aquilo que pretendemos é que a educação, a ligação às ciências, a ligação à investigação científica, o crescimento intelectual cognitivo dos nossos alunos sejam uma mais valia. -----

Estamos a granjear para o nosso concelho melhores alunos, claro que num período de médio e longo prazo, melhores profissionais no nosso tecido empresarial e também uma



câmara municipal MIRANDA DO CORVO

correspondência com que criemos no nosso concelho mecanismos de fixar os nossos jovens no nosso concelho. Jovens mais informados, mais capazes e mais profissionais serão certamente melhores ativos para o nosso concelho. -----

Agradeço esta oportunidade de o apresentar e reforço o pedido que já fizemos à Câmara Municipal na pessoa da Sr.^a Vice-presidente, Dr.^a Ana Gouveia.” -----

O Senhor Presidente agradeceu o facto do Dr. José Miguel Simões ter vindo à reunião apresentar o projeto. -----

Referiu que já conhecia os traços gerais, pois foi-lhe transmitido pela Sr.^a Vice-presidente e disse que o projeto está em boas mãos, pois como todos sabem a Dr.^a Ana Gouveia pertence à área da educação e valoriza muito o objetivo que está por detrás deste projeto. -----

Salientou que a Câmara Municipal, dentro das suas disponibilidades, vai apoiar e colaborar e será um parceiro neste projeto. -----

Referiu que há moldes, a aprovar e definir com a entidade promotora e com o Agrupamento de Escolas e que em termos de formalidades teremos que aguardar pelas próximas semanas. -----

O Vereador Sérgio Sêco usou da palavra para dar os parabéns aos jovens e ao conjunto de personalidades que estão a dar as mãos para tentar que as nossas crianças atinjam outros patamares, tenham oportunidades, abram as mentes e tenham experiencias novas, para que, o caminho que vão percorrer seja ótimo e benéfico para eles. -----

Salientou que é um belíssimo projeto e deixou claro que podem contar com a parte dos Vereadores para o que for necessário. -----

Por fim, desejou muito sucesso a todos os jovens e instituições envolvidas. -----

E, não havendo mais assuntos a tratar, foi esta reunião encerrada, da qual para constar se lavrou a presente ata que foi aprovada, por unanimidade em minuta, para efeitos imediatos. -----

O Presidente da Câmara Municipal,

(António Miguel Costa Baptista)



Certificado do Sistema de Gestão da Qualidade
ER-0329/2008
Prestação de serviços de atendimento ao município, abastecimento de água potável, saneamento, gestão das atividades de urbanização e edificação particular, gestão das áreas municipais e outras atividades municipais.
Processos internos: recursos humanos, gestão e manutenção do património municipal, aprovisionamento, gestão do expediente geral e arquivo municipal.





câmara municipal MIRANDA DO CORVO

A Chefe de Divisão Administrativa e Financeira

(Marilene Regina Pereira de Carvalho Rodrigues)



Certificado do Sistema de Gestão da Qualidade
ER-0329/2008

Procedimento de serviço de atendimento ao município, abastecimento de água potável, saneamento, gestão das actividades de urbanização e edificação particular, gestão das áreas municipais e outras funções municipais.
Processos internos: recursos humanos, gestão e manutenção do património municipal, aprovisionamento, gestão do expediente geral e arquivo municipal.

